



Nº 1149 - Semanal
0,50 €

11 Abril 2002

ACÇÃO SOCIALISTA

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Director António José Seguro Director-adjunto Silvino Gomes da Silva

Internet www.partido-socialista.pt/accao E-mail accao.socialista@partido-socialista.pt

ANTÓNIO COSTA ELEITO LÍDER PARLAMENTAR POR LARGA MAIORIA



A lista liderada por António Costa recolheu 70,2 por cento dos votos dos deputados socialistas.

Nas suas primeiras declarações à imprensa, o recém-eleito líder parlamentar sublinhou que no "início de uma nova legislatura é natural e é da praxe que as expectativas sejam colocadas na apresentação do Programa de Governo", por isso o Grupo Parlamentar Socialista aguarda responsabilmente pela posição do Executivo relativamente às indeterminações eleitorais do PSD, nomeadamente em matéria fiscal cujo programa foi revisto durante a própria campanha.



ENTREVISTA

MILITANTE DA CAUSA PÚBLICA

À frente da Junta Metropolitana de Lisboa, Maria da Luz Rosinha pretende encontrar soluções concretas para os problemas reais do quotidiano dos 19 concelhos do distrito alfacinha.

A presidente da Câmara de Vila Franca de Xira manifesta-se preocupada quanto às consequências da política social do novo Governo de direita. Por isso, defende para o PS um papel de opositor com propostas, rigoroso e forte, com Ferro Rodrigues como líder, um homem de confiança e competência.

► Páginas centrais

FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO PODER LOCAL E REGIONAL

Promover o desenvolvimento e consolidação do poder local e regional, através de um vasto conjunto de acções dirigidas aos agentes autárquicos, é o principal objectivo da Fundação Antero de Quental (FAQ), presidida pela camarada Edite Estrela. Fundada em 1977, a Fundação é uma instituição de utilidade pública.

► Página 8

EUROPA

RELATÓRIOS DE EURODEPUTADOS SOCIALISTAS APROVADOS NO PE

► Página 17

A SEMANA REVISTA

Com a presença do secretário-geral, Ferro Rodrigues, teve lugar a primeira reunião da nova bancada parlamentar do PS.

António Costa foi eleito presidente do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Manuel Alegre foi eleito vice-presidente da Assembleia da República.

O governador do Banco de Portugal, Victor Constâncio, foi recebido em audiência pelo primeiro-ministro.

O Presidente da República, Jorge Sampaio, despediu-se de António Guterres e Almeida Santos em almoços ocorridos no Palácio de Belém.

António Guterres retomou funções na *holding* estatal IPE.

Tomou posse o XV Governo Constitucional, em cerimónias presididas pelo Presidente da República, que decorreram no Palácio da Ajuda.

Foram aprovados na sessão de Abril do Parlamento Europeu em Estrasburgo os relatórios dos eurodeputados socialistas Luís Marinho e Elisa Damião.

O GOVERNO UVA



-E agora, Margarida, vira-te para mim!
Se tu pudesses ser Governo
serias um belo cacho de uvas!

Fotomontagem **António Colaço**

Sob a aparência do rigor, há um registo calculista a dois tempos. Primeiro, pede-se a colaboração institucional ao PS, e depois empola-se um cenário de caos que visa o não cumprimento das promessas eleitorais, atirando responsabilidades para o anterior Governo. Não é séria esta forma de fazer política, além de prejudicar os interesses de Portugal junto da União Europeia. Como recordava Sócrates na entrevista ao "Expresso", citando Eça, "um péssimo começo".

EDITORIAL

PÉSSIMO COMEÇO

Na tomada de posse do novo Governo, o primeiro-ministro no seu discurso pintou um panorama negro da situação económica, responsabilizando duramente o PS pela actual situação financeira do País, para em seguida pedir ao mesmo PS cooperação em forma de pacto de regime em matéria de contas públicas.

Durante a campanha eleitoral o secretário-geral do PS pronunciou-se a favor da meta do défice zero em 2004, dizendo claramente quais eram as suas prioridades e as suas escolhas para atingir esse objectivo. Os portugueses quando a 17 de Março fizeram a sua opção conheciam as propostas eleitorais que estavam em cima da mesa, estavam conscientes dos caminhos que lhes eram propostos e das soluções preconizadas.

O PS é neste momento oposição e é nesse terreno que tem que responder às iniciativas do Governo, de forma construtiva, séria e credível. Há, reconhecidamente, que continuar a proceder a cortes na despesa pública. Mas esses cortes, do ponto de vista dos socialistas, não devem incidir nas nossas áreas emblemáticas, ou seja, nas que têm a ver com matérias sociais. O nosso projecto é alternativo e, portanto, alinhar na estratégia do pacto seria ficarmos amarrados a políticas que não são as nossas. Por outro lado, esta situação, a verificar-se, seria má para a democracia e conduziria o País para um novo pantano político em que confluíram os principais partidos políticos.

A estratégia socialista é clara. O PS apoiará as medidas que estejam em sintonia com as previstas no nosso Programa Eleitoral e em cada momento face às propostas concretas dirá se está ou não de acordo e quais são as melhores alternativas e as soluções que propomos.

Numa visão maquiavélica da política, seguindo uma estratégia clara visando condicionar e

desacreditar o PS, o recém-empossado primeiro-ministro chamou o governador de Banco de Portugal a São Bento para, alegadamente, conhecer com propriedade a dimensão do défice. Nas subsequentes declarações à Comunicação Social, a ministra da Finanças, com ar grave, veio afirmar que os valores poderão ir além dos três por cento, quando Victor Constâncio não confirmou estes números.

Sob a aparência do rigor, há um registo calculista a dois tempos. Primeiro, pede-se a colaboração institucional ao PS, e depois empola-se um cenário de caos que visa o não cumprimento das promessas eleitorais, atirando responsabilidades para o anterior Governo. Não é séria esta forma de fazer política, além de prejudicar os interesses de Portugal junto da União Europeia. Como recordava Sócrates na entrevista ao "Expresso", citando Eça, "um péssimo começo".



SILVINO GOMES DA SILVA

Silvino Gomes da Silva

Na sua reunião semanal das terças-feiras, o Secretariado Nacional continuou a trabalhar na preparação do próximo Congresso marcado para Novembro. Nesse sentido, foram constituídos três grupos de trabalho, cabendo ao ex-ministro da Cultura Augusto Santos Silva ser o relator do processo de revisão do programa. Vitalino Canas foi designado relator no respeitante à revisão dos estatutos e António Galamba ficou responsável pela coordenação do trabalho de actualização de dados relativos aos ficheiros do partido.

Na conferência de Imprensa que se seguiu à reunião, instado pelos jornalistas a comentar as declarações da ministra das Finanças sobre o valor do défice do Orçamento de Estado, o porta-voz do PS considerou "infelizes as especulações" sobre a possibilidade do défice ultrapassar o limite de três por cento imposto pelo Pacto de Estabilidade e Crescimento. Paulo Pedroso congratulou-se com a ideia do Governo em afastar a realização de uma auditoria às contas públicas, preferindo, antes, constituir um grupo de trabalho com representantes do Banco de Portugal, do Ministério das Finanças e do Instituto Nacional de Estatística para ser apurado o real valor do défice.

"O PS está disponível para apoiar o diálogo entre Portugal e a Comissão Europeia a propósito deste problema", referiu este dirigente socialista, sustentando mesmo ter dados que permitem concluir que o défice de Portugal em 2001 "não ultrapassará os três por cento".

"Na semana passada, houve uma reunião com o Eurostat, o Banco de Portugal, na qual ficámos com a expectativa de que o limite do pacto de estabilidade não será ultrapassado", sustentou Paulo Pedroso, reiterando a tese de o País estar perante "uma discussão técnica" e não política. O porta-voz do PS, Paulo Pedroso, apelou ainda aos partidos do Governo (PSD e CDS-PP) para evitarem qualquer "contaminação política na discussão técnica" sobre o real valor do défice de Portugal em 2001.

SECRETARIADO NACIONAL

EVITAR CONTAMINAÇÃO POLÍTICA NA DISCUSSÃO TÉCNICA DO DÉFICE



ANGOLA/CESSAR-FOGO

FERRO APELA AO APROFUNDAMENTO DA DEMOCRACIA

Numa nota escrita no mesmo dia em que foi celebrado o acordo que pôs termo às hostilidades, Ferro Rodrigues considera que "este gesto significa que Angola está no bom caminho, rumo à paz, essencial para que o país se pacifique e desenvolva". Segundo o líder do PS, o acordo representa "um primeiro passo para a reconciliação da sociedade angolana, que, sem excluir ninguém, deverá agora concentrar-se em criar condições para um aprofundamento da democracia e para a resolução dos problemas humanitários".

Novos caminhos para a reconciliação

Também António Guterres se congratulou com a assinatura do acordo. Em carta enviada ao Presidente de Angola, José Eduardo dos Santos, o primeiro-ministro cessante refere que a assinatura do acordo de cessar-fogo com a UNITA é um passo que abre "novos caminhos para a reconciliação" do povo angolano.

Na missiva, António Guterres diz que a assinatura do acordo constitui "um acto de alto significado que abre novos caminhos para a reconciliação, prosperidade e desenvolvimento" de Angola "no respeito dos valores e princípios que são a essência da democracia, dos direitos humanos e do Estado de Direito". Após lembrar que a assinatura do cessar-fogo coincide com o fim das suas funções como primeiro-ministro de Portugal, Guterres aproveita para agradecer ao Presidente de Angola "o seu empenho pessoal e a cooperação recebida das autoridades angolanas em tudo - e foi muito - o que contribuiu para o estreitamento das relações



O secretário-geral do PS, Ferro Rodrigues, afirmou ter recebido com "muita alegria e esperança redobrada" o acordo de cessar-fogo em Angola assinado entre o Governo angolano e a UNITA, tendo apelado ao aprofundamento da democracia interna.

de grande amizade" entre os dois países. "Formulo os meus votos, que estou certo se concretizarão, para que Portugal e Angola prossigam juntos a construção de uma parceria sólida e fecunda que encontre as suas raízes mais profundas numa história e numa língua comum que indelevelmente nos une", refere o primeiro-ministro cessante. Por sua vez, o ministro dos Negócios Estrangeiros cessante, Jaime Gama, numa mensagem enviada ao seu homólogo

angolano, João Bernardo de Miranda, refere que o Governo português acompanha "com grande satisfação" os esforços que abrirão caminho ao estabelecimento da paz, reconciliação e aprofundamento de um regime democrático em Angola.

Consolidação da paz

"Os desafios e exigências que Angola enfrentará de consolidação da paz serão

exigentes", afirmou Jaime Gama, acrescentando que "o cessar-fogo assinado pelo Governo e pela UNITA é um importante passo para a pacificação do país, é o primeiro grande passo nessa direcção".

Jaime Gama manifestou-se convicto de que a política de reconciliação nacional angolana envolverá, além da UNITA, os restantes políticos angolanos, as igrejas, outros movimentos cívicos, sociais e sindicais e organizações não governamentais.

"A promoção da paz não poderá excluir ninguém e deverá contar com a participação de todos os angolanos", acrescentou, e a reconciliação "culminará certamente com a realização de eleições legislativas e presidenciais, que deverão ter lugar assim que estejam reunidas as condições necessárias para que possam decorrer de uma forma justa, livre e democrática em todo o país", refere a mensagem.

O êxito do processo de paz implica "necessariamente" a solução dos problemas humanitários que Angola enfrenta e a paz e a democracia angolanas serão "certamente reforçadas" pela promoção do desenvolvimento socioeconómico e aproveitamento do "enorme potencial" do país, disse.

Angola pode para isso "contar com o empenhamento da cooperação portuguesa e da União Europeia", afirmou.

Portugal, membro da "troika" de observadores do processo de paz desde 1991, "reitera a sua firme disposição" de cumprir as suas "responsabilidades" ao abrigo do Protocolo de Lusaca de 1994, incluindo a participação na Comissão Conjunta, que fiscalizará a aplicação do acordo, afirma ainda Gama na mensagem.

MÉDIO ORIENTE

GUTERRES ESCREVE A ARAFAT

António Guterres escreveu ao presidente da Autoridade Palestiniana, Yasser Arafat, para lhe garantir que, na qualidade de presidente da Internacional Socialista (IS), continuará atento à situação no Médio Oriente.

"Posso assegurar-lhe que, como presidente da IS, continuarei a seguir de perto e atentamente a situação no Médio Oriente e a desenvolver os meus melhores esforços para se encontrar uma solução política conducente à paz" na região, refere Guterres na missiva enviada na passada quinta-feira ao Presidente da Autoridade Palestiniana.

Segundo Guterres, a IS pode ter um papel

importante no sentido de dissipar as tensões existentes no Médio Oriente, "segundo os princípios pelos quais sempre se bateu: respeito pelas resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, o direito de Israel a ter plena segurança e a legitimidade dos palestinianos a aspirarem a ter um Estado em paz".

Na missiva, António Guterres fez ainda uma referência ao encontro de Lisboa, em Junho, entre Yasser Arafat e o ministro dos Negócios Estrangeiros de Israel, Shimon Peres.

"Neste momento, quero expressar a minha esperança de que a vontade de diálogo e o espírito de paz que presidiu a esse encontro

(em Lisboa) possa ser retomado", porque, "nenhuma solução sustentável pode ser encontrada num quadro de violência, através de meios militares", concluiu o presidente da IS.

Mário Soares critica Israel

Entretanto, o eurodeputado socialista Mário Soares disse na terça-feira que Israel "deixou de ser um Estado de Direito" e acusou as forças armadas daquele país de actuarem como "um verdadeiro exército colonial" e não respeitarem a Convenção de Genebra".

"Não bastam as palavras. Devemos passar aos actos para que nos respeitem", afirmou Soares, numa intervenção no plenário do PE, onde decorreu um debate sobre a situação no Médio Oriente.

"Não há outro caminho", depois da inutilidade dos apelos do Presidente Bush, insistiu.

O eurodeputado socialista reafirmou ainda que a União Europeia foi humilhada por Ariel Sharon ao ser impedida de se encontrar com Yasser Arafat há alguns dias.

"Fomos humilhados. É inaceitável", disse Soares, que preside à delegação do PE para as relações com Israel.



GPPS

ANTÓNIO COSTA NOVO LÍDER PARLAMENTAR

Conforme se esperava, a lista única liderada por António Costa para a direcção da bancada parlamentar foi eleita por larga maioria. Num universo de 96 eleitores, votaram 94 deputados. A lista obteve 66 votos favoráveis a que correspondem 70,2 por cento, disseram não 23 deputados (24,5 por cento), e houve cinco votos em branco (5,3 por cento). Para o Conselho Fiscal do Grupo Parlamentar votaram os mesmos 94 deputados, 80 dos quais se pronunciaram favoravelmente, 10 contra e votaram em branco 10 parlamentares.

Nas suas primeiras declarações à imprensa, António Costa sublinhou que no "início de uma nova legislatura é natural e é da praxe que as expectativas sejam colocadas na apresentação do Programa de Governo", por isso o Grupo Parlamentar Socialista aguarda responsabilmente pela posição do Executivo relativamente às indeterminações eleitorais do PSD, nomeadamente em matéria fiscal cujo programa foi revisto durante a própria campanha. Interrogado sobre a composição da sua lista, o novo líder parlamentar do PS refutou a ideia de que ela seja um conselho de ministros de António Guterres, valorizando antes a qualidade e riqueza dos membros que a integram, ao mesmo tempo que sublinhava que em democracia tanto se serve o País no Governo como na Oposição. "Ao contrário do que aconteceu no PSD, os membros do Governo do PS continuam como deputados", sublinhou.

JS descontente

Entretanto, a Juventude Socialista manifestou, através de comunicado, o seu descontentamento

Nova Direcção do GPPS

Presidente



António Costa



Vice-Presidentes



Acácio Barreiros



José Magalhães



Maria de Belém



Elisa Ferreira



José Sócrates



Maria Santos



Guilherme d'Oliveira Martins



Manuel Maria Carrilho



Paulo Pedroso

Conselho Fiscal do GPPS

Presidente



José Lello

Vogais



Fausto Correia



Renato Sampaio



pelo afastamento da sua secretária-geral, Jamila Madeira, da direcção do grupo parlamentar do PS, afirmando que a decisão "defrauda as expectativas dos militantes".

No comunicado da Comissão Permanente da

JS pode ler-se a "profunda surpresa" pela "decisão arbitrária" de António Costa ao excluir Jamila Madeira da direcção da bancada, num momento em que "no PS se discute a urgência da renovação e de rejuvenescimento dos seus

quadros".

Os jovens socialistas estão "empenhados em que este episódio não constitua um decisivo retrocesso na salutar convivência política entre o PS e a JS", refere ainda o comunicado.

Decorreram ontem as eleições para os diversos lugares dos órgãos da Assembleia da República. Os socialistas ficaram aí representados pelos camaradas que figuram no quadro anexo.

Socialistas na mesa da AR

Vice-Presidente



Manuel Alegre

Secretário



Ascenso Simões

Vice-Secretários



Rosa Albernaz



Miguel Coelho

Socialistas no Conselho de Administração da AR

Efectivo



Fernando Serrasqueiro

Suplente



Nelson Baltazar

DIRECÇÃO DE GRANDE QUALIDADE

No final da primeira reunião do Grupo Parlamentar do Partido Socialista que ontem teve lugar, em declarações aos jornalistas, o secretário-geral do PS lamentou a falta de tempo que os deputados vão ter para apreciar o programa do Governo, que vai ser entregue no Parlamento segunda-feira e discutido no dia seguinte, de acordo com a agenda do novo Executivo.

"Não quero acreditar que o Governo aprove o seu programa sábado e o entregue na segunda-feira no Parlamento para ser votado logo no dia seguinte", afirmou Ferro Rodrigues.

Para o líder socialista, o Executivo de coligação não deveria ter optado por esgotar o prazo constitucional de dez dias, após a sua posse, para apresentar o programa.

Ferro Rodrigues declarou ainda que "o que consta que o programa de Governo não vai corresponder aos programas eleitorais dos dois partidos" que integram o Executivo.

Interrogado pela Comunicação Social sobre a composição da única lista concorrente à direcção da bancada, liderada pelo ex-ministro António Costa, o secretário-geral do PS recusou a ideia de que a lista traduza uma coligação de sensibilidades internas do PS.

"A única tendência organizada que conheço no meu partido é liderada por João Soares", respondeu Ferro Rodrigues, acrescentando que "António Costa formou uma direcção de grande qualidade, constituída por elementos com conhecimentos elevados sobre os mais importantes "dossiers" do País". "A presença de membros do anterior Governo na direcção da bancada do PS é, por isso, um claro valor acrescentado", sustentou, lembrando a seguir que os futuros elementos da direcção do Grupo Parlamentar do PS "têm também experiência enquanto deputados de oposição".

Por seu turno, Francisco Assis, o líder cessante da bancada socialista, elogiou a equipa formada pelo seu sucessor, defendendo que António Costa "oferece garantias para a reafirmação política e eleitoral do PS".

"Tenho muita honra em ser substituído por alguém com a capacidade intelectual de António Costa. É a pessoa indicada pela sua experiência parlamentar e vai conseguir unir a bancada de forma a renovar o PS", sustentou Francisco Assis.



MATOSINHOS

CONCELHIA DO PS REITERA CONFIANÇA EM HENRIQUE CALISTO



A Comissão Política Concelhia do PS/Matosinhos reafirmou a confiança política em Henrique Calisto, presidente da Junta de Freguesia local, depois do PSD ter pedido a sua demissão por ter sido nomeado seleccionador da equipa nacional do Vietname.

Os socialistas de Matosinhos, em comunicado, manifestaram “surpresa” com a posição defendida pelo PSD sobre a alegada incompatibilidade do exercício do cargo de presidente de junta de freguesia por Henrique Calisto depois da sua nomeação como

seleccionador nacional do Vietname.

Para o PS/Matosinhos, os dirigentes locais do PSD “desconhecem que a lei permite um período de suspensão do mandato por um ano, seguido ou interpolado”.

Os socialistas salientam ainda que o PSD desconhece que, durante a campanha eleitoral para as autárquicas de Dezembro, Henrique Calisto “deu pública nota do desempenho profissional que, a espaços, o obrigava a deslocar-se ao Vietname”.

“O PSD em tudo revela desconhecimento. Limita-se a lançar uma nuvem de poeira sobre o eleitorado, explorando uma situação pontual e eventual de ausência do presidente da Junta de Freguesia de Matosinhos”, refere o comunicado do PS/Matosinhos.

Os socialistas lamentam que “o debate democrático se revele tão pouco imaginativo e sem qualidade”, reafirmando a sua “confiança e solidariedade” ao autarca/treinador de futebol. Henrique Calisto venceu as autárquicas de Dezembro na freguesia de Matosinhos com 56,9 por cento dos votos, enquanto a coligação PSD/CDS obteve apenas 28,9 por cento.



COMUNIDADES

CARLOS LUÍS EXIGE CUMPRIMENTO DE PROMESSAS DO PSD

O deputado socialista pelo círculo da Europa, Carlos Luís, exigiu o cumprimento integral das promessas feitas pelo PSD às comunidades portuguesas durante a campanha eleitoral, nomeadamente a criação de um ministro-adjunto, para “credibilizar as políticas e os políticos”.

Em comunicado, Carlos Luís acusa Durão Barroso de ter “defraudado mais uma vez as comunidades, faltando aos compromissos assumidos desde há dois anos ao prometer a criação de um ministro-adjunto para terem mais visibilidade e peso político”.

“O primeiro-ministro indigitado não nos surpreendeu pelo facto de não ter cumprido a principal promessa do programa eleitoral pois

enquanto ministro dos Negócios Estrangeiros e das Comunidades Portuguesas nos governos de Cavaco Silva ignorou-as por completo”, lê-se no documento.

Demagogia e ilusionismo laranja

A última campanha eleitoral para a Assembleia da República, sublinha o comunicado, foi repleta “de ilusões, demagogia e ilusionismo por parte de Durão Barroso e dos candidatos a deputados do PSD pelos círculos da emigração”. O PS apela ainda aos militantes e à sociedade civil para se manterem “vigilantes e não calarem as gargantas na hora de denunciar aqueles que prometeram o paraíso emigrante”.



AUTARQUIAS

MESQUITA MACHADO CONTRA CORTE DE VERBAS

O presidente da Câmara Municipal de Braga, Mesquita Machado, manifestou-se contra cortes nas verbas destinadas às autarquias. A posição do edil, que preside também à Associação Nacional de Autarcas Socialistas, surge na sequência das declarações “infelizes” da ministra das Finanças do novo Governo de direita, que defendeu na Rádio Renascença a necessidade de efectuar cortes nas verbas para as autarquias.

Manuela Ferreira Leite, recorde-se, afirmou no último programa Conversas Cruzadas, com João Cravinho, na emissora católica, que a área das autarquias, a par da saúde e da educação, é uma “grande fonte de desperdício”, uma expressão que desagradou sobremaneira a Mesquita Machado.

O presidente da Câmara de Braga consultou os seus arquivos, muito úteis nos tempos que correm, e lembrou que nos governos de Cavaco Silva “houve um ministro que teve a coragem de dizer que um escudo gasto na

administração local vale três vezes mais que um escudo gasto na administração central”, acrescentando que “esse ministro era Valente de Oliveira”.

Lei deve ser cumprida

Por isso, o edil bracarense aconselhou a ministra das Finanças do novo Governo a “conversar” com o seu colega, que regressa ao Executivo - a exemplo de outros numa espécie de “remake” do cavaquismo - para titular as Obras Públicas. Tendo ainda muito presente na memória os tempos do consulado cavaquista em que as autarquias eram tratadas pelo Governo como uma espécie de filhas de um Deus menor, sempre relegadas para segundo plano, Mesquita Machado avisou que “existe uma Lei das Finanças Locais, e as leis devem ser cumpridas”.

BEJA

ANTECIPADAS ELEIÇÕES NA FEDERAÇÃO

Quatro candidatos apresentam-se às eleições na Federação do PS/Beja, que foram antecipadas para 10 de Maio. Esta será a única estrutura a ter eleições antes do Congresso do PS, já que está sem presidente desde Fevereiro, altura em Luís Pita Ameixa se demitiu do cargo.

Pita Ameixa entendeu, porém, recandidatar-se e disputará a liderança da Federação com Nicolau Gonçalves, José Manta e José Rosa Mendes.

“Obviamente que sou candidato, pois o trabalho que tem vindo a ser desenvolvido é baseado num programa aprovado pelos militantes em congresso, no qual fui eleito como presidente”, disse o líder demissionário, acrescentando que a sua demissão “não foi de abandono” mas “uma atitude de protesto e de luta”.

DEFESA

RUI PENA AVANÇOU COM A CRIAÇÃO DA UNIVERSIDADE DAS FORÇAS ARMADAS



Uma das últimas medidas do ex-ministro da Defesa Rui Pena foi a de pôr em marcha a futura Universidade das Forças Armadas. De facto, o processo que dá início à criação desta nova instituição do ensino superior ocorreu em Março, quando Rui Pena assinou um despacho que cria o Conselho Coordenador do Ensino Superior Militar (CCESM), que tem, entre outras funções, a missão de emitir um parecer sobre o anteprojecto de decreto-lei para a criação da Universidade das Forças Armadas (UFA), que está pensada para congregar o ensino superior nos vários ramos das Forças Armadas. A nova universidade tem por objectivo "assegurar e promover a formação superior dos oficiais dos três ramos das Forças Armadas", com todos os cursos, com diversas escolas ou faculdades, como qualquer universidade.

Os diversos estabelecimentos do ensino superior nos vários ramos das Forças Armadas ficarão assim integrados na UFA, dotada de autonomia científica, pedagógica, administrativa e financeira, que terá como órgãos de governo a chancelaria - presidida pelo Chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas - o reitor, o senado e a comissão administrativa.

ALQUEVA

AGRICULTURA COM VIABILIDADE



Uma "demissão oportunista", mas "fruta da época" foi a cessação de funções de António Serrão, presidente do conselho de administração da Empresa de Desenvolvimento e Infra-estruturas do Alqueva (EDIA), na opinião de Vítor Barros.

Segundo o ex-secretário de Estado do desenvolvimento Rural, o anúncio de divergências por parte de Serrão foi feito muito tardiamente, uma vez que "o grosso das decisões" sobre os destinos do empreendimento foi tomado em Setembro último, especificamente sobre o preço da água e a divisão das atribuições entre a EDIA e o Governo, contestadas pelo presidente demissionário.

No que toca ao preço da água, Vítor Barros esclareceu que a administração da EDIA queria que os agricultores, ao pagarem o metro cúbico, pagassem o investimento".

Todavia, "o Governo entendeu que o preço de 11 escudos, igual ao que se pratica em Badajoz, seria a tarifa mais adequada para uma "agricultura com viabilidade".

O ex-governante socialista também refutou as afirmações de Serrão segundo as quais não haveria financiamento assegurado para a totalidade do projecto de Alqueva, recordando que "até 2006 há apoio garantido" pelos fundos estruturais e argumentando que, até 2025, o empreendimento não custará mais que "seis ou sete milhões de contos por ano".

M.R.

DIPLOMACIA

DEMITIU-SE PRESIDENTE DO INSTITUTO CAMÕES



Invocando razões de coerência política, o presidente do Instituto Camões, Jorge Couto, demitiu-se do cargo, apesar de lhe restarem formalmente dois anos de mandato. Jorge Couto deixa assim ao novo ministro dos Negócios Estrangeiros terreno livre para definir, sem quaisquer inibições, o próximo rumo da política cultural externa. No pedido de demissão, apresentado a Jaime Gama na passada sexta-feira e deferido no mesmo dia por António Guterres, Jorge Couto afirma no documento recebido nas Necessidades que a presidência do Instituto Camões exige "uma estreita sintonia, um elevado espírito de equipa e um inquebrantável grau de confiança" com o novo Governo. "Pouco depois de ter sido empossado, afirmei que, quando um Governo de orientação política diferente vencesse as eleições solicitaria a minha demissão", alegou Jorge Couto ao solicitar a sua exoneração.

LUSA

ARONS DEFENDE CONTINUAÇÃO DO ESFORÇO DE MODERNIZAÇÃO



O ex-secretário de Estado da Comunicação Social Arons de Carvalho defendeu, num almoço com a administração da Lusa, a continuação do esforço de investimento, tendo em vista a "consolidação da empresa". Arons de Carvalho afirmou que "foi possível reequilibrar as contas da agência, equipá-la tecnicamente e manter a sua presença no mundo", acrescentando que é necessário "perseguir o esforço de modernização". O conjunto de produtos difundidos pela Internet e a forte presença no mundo lusófono são, para o ex-responsável pela tutela da Comunicação Social, motivo de "orgulho", uma vez que a empresa "soube evoluir e preparar-se para os novos mercados", sem deixar de ser um paradigma "no que se refere à actualidade, credibilidade e isenção".

AÇORES

ACTO DE JUSTIÇA

O Governo Regional dos Açores vai reivindicar do Executivo de Durão Barroso a transferência de 20 milhões de euros para a reconstrução de ilhas afectadas por desastres naturais. A exigência do executivo liderado pelo socialista Carlos César será expressa numa audiência que foi já solicitada ao primeiro-ministro.

Recorde-se que o financiamento em questão fora já materializado por um despacho conjunto dos ex-ministros das Finanças, Ambiente e Planeamento, faltando apenas a celebração de um protocolo entre o Executivo açoriano e o Instituto Nacional da Habitação. A transferência dos 20 milhões de euros é, no entender do Governo Regional, "um acto de justiça", pois destina-se a financiar a recuperação do parque habitacional das ilhas do Pico e Faial, muito afectadas pelo terramoto de há quatro anos.

M.R.



FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL

PROMOVER O DESENVOLVIMENTO DO PODER LOCAL E REGIONAL



FUNDAÇÃO ANTERO DE QUENTAL

Promover o desenvolvimento e consolidação do poder local e regional, através de um vasto conjunto de acções dirigidas aos agentes autárquicos, é o principal objectivo da Fundação Antero de Quental (FAQ), presidida pela camarada Edite Estrela. Fundada em 1977, a Fundação é uma instituição de utilidade pública.

No âmbito dos seus objectivos, que passam pela promoção do desenvolvimento do poder local e regional através da educação cívica, esclarecimento e doutrinação municipal e democrática dos cidadãos, a Fundação organiza um vasto conjunto de acções - destinadas fundamentalmente a autarcas e funcionários dos municípios - de formação sobre diversos temas, promove seminários e colóquios, nomeadamente em colaboração com a Fundação Friedrich Ebert, edita regularmente a revista "Cadernos Municipais", e presta serviços de

consultadoria técnica e jurídica a autarcas e autarquias.

Entre as principais actividades desenvolvidas nos últimos tempos, a presidente da Fundação, Edite Estrela, salienta que "a FAQ tem promovido, regularmente, cursos de formação sobre temas variados - desde 'Ordenamento do Território' às 'Finanças Locais' - procurando corresponder às solicitações e necessidades do público-alvo, os autarcas portugueses, bem como tem continuado a editar a revista bimestral 'Cadernos Municipais', publicação de referência no universo autárquico nacional, com uma tiragem de 4000 exemplares".

Edite Estrela adianta ainda que "existe um Gabinete Jurídico que presta apoio aos autarcas para um mais correcto desempenho das respectivas funções - sobretudo dos autarcas dos municípios e freguesias de menor dimensão -, designadamente nos domínios do direito administrativo e referente ao poder local".

Quanto aos projectos que pretende implementar no futuro na Fundação, nomeadamente junto dos autarcas eleitos do PS, Edite Estrela refere que pretende

"prosseguir, alargar e dinamizar os projectos em curso e já anunciados, procurando corresponder o mais possível às solicitações dos autarcas portugueses, no respeito pelos estatutos e em função das disponibilidades materiais (recursos humanos e financeiros) existentes e/ou a obter no futuro".

Formação profissional e autárquica

No quadro das suas actividades, a formação ocupa, naturalmente, um lugar de destaque. Nesta área, em que é unanimemente reconhecida a qualidade das acções que promove no âmbito do Fundo Social Europeu, a FAQ tem actualmente em execução um plano integrado de formação profissional em período pós-laboral.

Previstos para 2002 estão diversos cursos de formação, entre eles, de "Técnicos de Qualidade"; "Qualidade dos Serviços"; "Programação Orientada Visual Basic 6" e "Técnicas de Apresentação".

Para o ano em curso, estão ainda agendados vários cursos no âmbito do Programa FORAL - Formação para as Autarquias Locais.

De salientar, por outro lado, e no que respeita às acções dirigidas aos agentes autárquicos (autarcas eleitos e funcionários ou colaboradores de câmaras e freguesias), a Fundação, na prossecução dos objectivos contidos nos seus estatutos, promoveu há

CORPOS SOCIAIS

Conselho de Administração

Edite Estrela (presidente)
José Gameiro dos Santos
Rui Vieira
José Medeiros
Natalina Moura
Maria da Luz Rosinha

Conselho Revisor de Contas

Pedro Coelho (presidente)
Renato Campos
Luís Moisés Afonso

“A questão hoje, para a filosofia política, reduz-se a isto: criar na sociedade esses diversos grupos, por onde se reparta a autoridade e se equilibre a força expansiva do centro, sem que por isso se altere a simplicidade íntima do meio social, a igualdade absoluta de direitos. Trata-se de conciliar a igualdade e a liberdade. Para isso o que é preciso? Criar tantos centros de autoridade local quantos forem os centros naturais da vida nacional”

Antero de Quental, “Prosas II”



dois anos, com assinalável adesão, cursos de “Técnicos Auxiliares em Reabilitação Urbana e Requalificação Ambiental” e “Formação de Formadores em Reabilitação Urbana e Requalificação Ambiental”.

“Cadernos Municipais”

Na área editorial, a Fundação dá à estampa a revista de acção regional e local “Cadernos Municipais”, dirigida pela camarada Edite Estrela.

Segundo o coordenador-editorial, Rui Solano de Almeida, “Cadernos Municipais” é uma revista “de apoio técnico às autarquias locais, especializada na abordagem de múltiplos assuntos autárquicos, mas com uma especial incidência nas questões da arquitectura e do planeamento urbanístico”.

Rui Solano de Almeida salienta que, apesar de ser uma revista próxima do PS, “temos procurado ter um leque de colaboradores o mais diversificado possível. Assim, temos tido desde sempre a colaboração nas nossas páginas de técnicos de diversos quadrantes, que pela sua qualidade possam introduzir alguma mais-valia a quem nos lê”.

O coordenador-editorial refere ainda que “a revista destina-se fundamentalmente a todos aqueles que, desde presidentes a arquitectos, tomam decisões nas autarquias (câmaras e juntas) e nas CCR’s”.

No último número dos “Cadernos Municipais” dedicado às questões do ordenamento do território, do urbanismo e da segurança, com um enfoque especial na baixa pombalina, colaboraram arquitectos como Nuno Portas, Leonel Fadigas, entre outros.

J. C. CASTELO BRANCO

OBJECTO SOCIAL

A Fundação Antero de Quental tem por finalidade promover o desenvolvimento do poder local e regional, dirigido ao desenvolvimento da democracia política, económica, social e cultural, com total respeito pelos Direitos do Homem e pela Constituição da República portuguesa.

REVISTA DE ACÇÃO REGIONAL E LOCAL

Cadernos Municipais

Programa Polis
Requalificar as Cidades
Valorizar o Ambiente

Edite Estrela
Cadernos Municipais nº 73, Setembro 2000

FUNDAÇÃO ANTERO QUENTAL

AV. DAS DESCOBERTAS 17 - BRESTELO - 1400-091 LISBOA - T 213013534 F 213015857

MARIA DA LUZ ROSINHA

MILITANTE DA CAUSA PÚBLICA

À frente da Junta Metropolitana de Lisboa, Maria da Luz Rosinha pretende encontrar soluções concretas para os problemas reais do quotidiano dos 19 concelhos do distrito alfacinha.

A presidente da Câmara de Vila Franca de Xira manifesta-se preocupada quanto às consequências da política social do novo Governo de direita. Por isso, defende para o PS um papel de opositor com propostas, rigoroso e forte, com Ferro Rodrigues como líder, um homem de confiança e competência.

Militante socialista e da causa pública, a autarca está apostada em conquistar para as áreas metropolitanas e respectivas juntas o estatuto de "parceiros privilegiados" do Governo, através da renovação e do reforço de competências.

Determinada, Rosinha não acredita nas quotas, preferindo antes que a afirmação das mulheres se faça pela sua própria valia.

Na entrevista que concedeu ao "Acção Socialista", ficou patente que a sua actuação tem como prioridade as pessoas, não só as dos seu concelho, mas de todas aquelas que vivem e trabalham na Grande Lisboa.



Foi recentemente eleita presidente da Junta Metropolitana de Lisboa. Quais são as linhas de orientação que pretende seguir à frente deste órgão autárquico?

Só passou uma escassa semana desde a minha tomada de posse, tempo esse que pouca alteração trouxe ao meu dia-a-dia. No entanto, para além daquilo que são as competências definidas pela legislação que cria as Áreas Metropolitanas, a grande vontade que assiste, quer a minha qualidade de presidente da Junta Metropolitana de Lisboa (JML) quer também aos restantes 18 presidentes, é a de podermos encontrar algumas soluções para os problemas do quotidiano dos milhões de cidadãos que residem e trabalham na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

Há nisto também um sentimento de frustração em relação às próprias competências das áreas metropolitanas. Elas são muito reduzidas e os meios que as servem são igualmente insuficientes.

As áreas metropolitanas devem ter um papel muito mais interveniente na discussão das grandes questões que as afectam. Isto porque a AML é um espaço privilegiado de discussão de 19 municípios.

Quando a regionalização do País foi chumbada em referendo, começou a falar-se muito em descentralização. Mas as medidas que a descentralização implica devem ser previamente discutidas com os municípios, atendendo também a uma visão global. A nossa estratégia é ter voz participativa nos destinos dos 19 concelhos.

Quais são as suas principais preocupações no que concerne à Grande Lisboa?

Posso elencar um conjunto de problemas dos mais importantes para as pessoas, começando pela mobilidade.

Muito se tem falado sobre a Autoridade Metropolitana de Transportes e, apesar de existirem propostas no Parlamento, este assunto nunca foi tratado com a celeridade que é necessária. A questão dos transportes é um problema do quotidiano que pode ser minimizado se houver uma articulação na rede de transportes ferroviários e rodoviários. O transporte colectivo deve ser, quanto a nós, um segmento privilegiado dessa mesma rede.

Por outro lado, temos a prioridade do ordenamento do território e do ambiente, duas políticas chaves e transversais a todas as outras.

O ordenamento do território é uma exigência da vida moderna. É preciso definirmos com antecedência necessária a utilização do solo, projectar e garantir a sua rentabilização organizada.

Pretende-se que o Plano Regional de Ordenamento do Território para a Área Metropolitana de Lisboa possa ser um instrumento em que uma política, devidamente partilhada com os 19 municípios, possa ser reflectida. Cada concelho tem as suas especificidades. Há problemas comuns, mas também identidades, quer históricas quer territoriais, que os distinguem uns dos outros.

Essas são políticas estruturantes. Podia referir-se aos problemas concretos e quotidianos que citou previamente?

Sim, são de menor dimensão, porém mais presentes nos dia-a-dia das pessoas, assumindo, por isso, contornos de importância inversamente proporcionais à sua importância real.

É o caso das AUGIS – Áreas Urbanas de Gênesis Ilegal. É necessário que a AML possa ser ouvida pelo Governo no sentido de se articularem

medidas que levem à legalização destas áreas para a sua regularização final. E, porque este é um problema comum aos 19 municípios, torna-se necessário que os responsáveis pelo ordenamento do território possam ouvir-nos e que possamos encontrar, em conjunto, medidas que agilizem os procedimentos.

Depois, temos a questão dos operadores de subsolo, ou seja, de todos aqueles que frequentemente abrem a rua para fazer chegar às nossas casas um qualquer serviço público. Trata-se de uma situação incómoda para os municípios, trazendo às câmaras muitos aborrecimentos, mas, não havendo uma legislação que clarifique exactamente as regras de intervenção destes operadores, torna-se difícil de levar por diante qualquer medida. Em zonas que são de património histórico, então é muito pior.

Há também as questões ligadas à coesão social. Falamos dos problemas de integração de algumas pessoas.

As áreas metropolitanas são particularmente críticas no que diz respeito a problemas sociais, problemas esses que se prendem com questões de segurança/insegurança, marginalidade, exclusão e que passam por sectores como a habitação, educação e saúde.

São problemas tocados por todas as políticas e

que, principalmente nas áreas densamente habitadas, criam os chamados "guetos".

Na AML, os concelhos que ficam na periferia (Vila Franca de Xira, Loures, Odivelas, Oeiras) são afectados por problemas diferentes daqueles que afligem o seu interior. Por isto, urge implementar políticas de coesão social que sejam especialmente destinadas a estas situações.

Diria, em termos gerais, que as propostas para a AML são imensas. São a súplica do diagnóstico de cada um dos seus 19 concelhos, que têm entre si muitos problemas comuns e que garantem uma aposta de trabalho muito forte.

O que é que é preciso para poder ganhar essa aposta?

Para que possamos levar por diante este desafio necessitamos, em primeiro lugar, que o Governo nos considere parceiro privilegiado na discussão dos problemas, bem como na discussão de quaisquer outros que digam respeito ao País, uma vez que representamos uma grande percentagem populacional.

Por outro lado, precisamos também da revisão das nossas competências por forma serem reforçadas, possibilitando assim a existência concreta e válida.

A Junta Metropolitana só faz sentido se puder ser actuante. Caso contrário, não há razão para que nos encontremos mensalmente para nos lamentarmos dos problemas que conhecemos, mas se a solução não passar por nós, não conseguiremos dar passos em conjunto.

Que considerações lhe merece a actuação da Junta cessante. Acha que foi não actuante. É isso que está a querer dizer?

Os problemas são os mesmos. Talvez mais agravados à medida que o tempo passa. Todavia, houve circunstâncias e situações que dificultaram o funcionamento da última JML. Desde logo, a não constituição de uma Comissão Permanente.

Esse problema já não existe. A comissão foi eleita logo na primeira reunião que tivemos e, como tal, a JML está hoje em melhores condições do que anteriormente para levar por diante a suas tarefas.

Entendo ainda que entre a Área Metropolitana de Lisboa e a Área Metropolitana do Porto deve haver reuniões regulares, criando-se, deste modo, condições para uma eficiente articulação de posições e para a discussão de problemas que, sendo diferentes, são comuns, fortalecendo, ao mesmo tempo, a tal qualidade de interlocutores privilegiados que considero devemos assumir.

Reeleita presidente da Câmara de Vila Franca de Xira, pode fazer um balanço dos últimos anos de gestão camarária?

Foram quatro anos de muito esforço, mas também de muito trabalho conseguido.

A Câmara de Vila Franca de Xira encontrou no Governo que cessou funções uma compreensão muito grande para os problemas de um concelho que se encontrava praticamente estagnado, sabendo entender aquilo que eram as nossas reivindicações.

Aliás, a nossa necessidade de um conjunto vasto de equipamentos era bem visível e penso



que isso também contribuiu para essa compreensão.

Muito se fez, porém, muito falta fazer. Temos áreas que ainda estão muito fragilizadas, como é o caso da saúde e das acessibilidades.

Vila Franca de Xira, que tem, neste momento, cerca de 140 mil habitantes, tem um hospital que serve cinco concelhos e toda uma população passante. Este equipamento não tem, hoje, o mínimo de condições para a prestação de cuidados de saúde e está a aguardar, há mais de dez anos, que o novo hospital seja construído.

Estivemos quase lá. No entanto, a conjuntura política até do próprio município não favoreceu a tomada da decisão. Espero que muito em breve, e porque nós não abdicamos desta exigência, o novo Hospital de Vila Franca de Xira possa ser, em termos de compromisso, uma realidade.

Depois temos os centros de saúde, para os quais houve, da parte do Governo em associação com o município, uma resposta muito positiva.

Estão a avançar neste momento no terreno e conto, neste mandato, levar por diante a construção de dois centros de saúde, iniciando, pelo menos, a construção de mais três. O que significa que, neste ano, teremos a inauguração de cinco novos centros de saúde.

Quanto às acessibilidades, outro dos nossos grandes problemas, não foi dada uma resposta satisfatória. Não conseguimos da Brisa uma parceria positiva. Não conseguimos fazer com que o Governo entendesse as nossas reivindicações. Vamos continuar a mantê-las, reforçando-as, esperando e confiando que chegará o momento em que não será mais possível dizer que não.

Falando agora em "política no feminino". Já alguma vez sentiu dificuldades por ser mulher e estar a ocupar um papel de grande relevo na vida autárquica?

Não. Nunca senti tais dificuldades. Aliás, se alguma coisa eu tivesse de dizer que sentia era facilidades e não o contrário.

Então já se sentiu favorecida?

Também não me senti favorecida. Acontece que há questões para as quais, julgo, as mulheres têm uma persistência e uma sensibilidade diferentes.

As mulheres foram educadas ao longo de gerações para serem determinadas e não é possível ser-se presidente de câmara se não se

possuir determinação. Na ausência dela nem sequer se chega à candidatura, uma vez que ser-se autarca é uma tarefa difícil. É preciso ser-se militante da causa pública. Nesse contexto, nós, mulheres, não nos conformamos tão facilmente, às vezes, como os homens. Por isso não senti nenhuma dificuldade.

E no PS, o facto de ser mulher alguma vez obstaculizou a sua carreira?

Não sei responder, porque não sinto isso. Sou militante do PS desde muito cedo. Foi um percurso muito longo e devo dizer que senti sempre nos homens e da parte deles um companheirismo enorme.

Portanto, não tenho nenhuma dificuldade na minha relação com eles. Desde que estejamos de acordo naquilo que são os princípios e naquilo que é a causa, a partir daí, não sinto nenhuma dificuldade.

Aliás, considero que cada vez mais aparecem situações como a minha. Hoje, a JML tem, na sua Comissão Permanente, três mulheres. Três presidentes de câmara: Maria Amélia Antunes do Montijo, Ana Teresa Vicente de Palmela e



eu própria em Vila Franca de Xira. Isto diz que alguma coisa está a mudar. Aliás, de referir uma nota de um presidente de câmara que agora vai assumir funções a outro nível e que disse, "atenção, temos que cuidar das quotas".

É a favor do sistema de quotas?

Não. Só posso aceitar as quotas como uma medida de discriminação positiva. A tal barreira que ainda é preciso vencer. Mas acho que essa medida será cada vez menos necessária. As mulheres impõem-se pela sua própria valia. O que é preciso vencer, isso sim, é, nalguns casos, a inércia e, noutros casos, o comodismo face às dificuldades que o mundo político apresenta.

Entendo, e também sou militante dessa causa, que a política em Portugal deve ser feita de outra forma.

Penso que já começou a mudar e, aí sim, perdoem-me a falta de modéstia, posso dizer que as mulheres são muito pouco corporativas, no aspecto da defesa do próprio lugar. Por isso, quando se sujeitam a um acto eleitoral, fazem-no perfeitamente conscientes de que há a perder e a ganhar e, como tal, não tendem a criar mecanismos de perpetuação do mandato. A partir do momento em que a política se faça de uma forma mais aberta, mais séria, menos maldizente, quando consigamos ultrapassar o preconceito, tudo será mais fácil.

Hoje as mulheres sentem-se atraídas por funções de muita responsabilidade, mas de pouca exposição pública. Elas pertencem aos conselhos de administração das empresas, detêm elevados cargos na magistratura e em tantos outros sectores. No entanto, esses são lugares que habitualmente não são alvo de notícias nos jornais.

Quando as pessoas forem tratadas e avaliadas em função da maneira como desempenham o seu papel, do rigor e da competência com que o fazem, as mulheres sentir-se-ão muito mais atraídas pela política.

Concorda que sempre que algo corre mal num dado desempenho profissional de uma mulher, salienta-se a sua condição feminina, o mesmo não acontecendo quando as coisas saem bem?

Para mim esta conversa é difícil porque eu, não sendo feminista, gosto muito de ser mulher. Não tenho esse pensamento. Acho que, à partida, a mulher tem que se livrar da própria desses preconceitos.

O coeficiente de inteligência das mulheres e dos homens avalia-se da mesma forma e, à excepção das questões de sensibilidade, a apetência e a competência para determinadas matérias e lugares não têm a ver com o género. Temos que ser nós, mulheres, a lutarmos contra essas coisas e não fomentá-las. Devemos lidar com a nossa condição feminina de uma forma natural. Eu sou presidente da câmara porque fui eleita e as pessoas do meu concelho sabiam exactamente que eu era mulher e que até gosto muito de o ser.

Não posso deixar de salientar que tenho sentido um apoio enorme das mulheres do meu concelho, facto que me dá satisfação e me enche de afecto por elas.

Passando à política nacional. A



direita chegou novamente ao poder. Como encara a coligação PSD/PP?

Acho que as coligações são sempre complicadas, delas resultando, com frequência, convulsões sociais e instabilidade para o País. Vamos ter que aguardar. Ainda é muito cedo para fazermos quaisquer avaliações. Na qualidade de presidente da Área Metropolitana, pretendo estabelecer com o novo Governo, logo que seja possível, contactos no sentido de defender os interesses das populações que represento.

Como militante do PS, lamento que, por uma diferença tão pequena, não tenhamos ganho as eleições. O nosso projecto, até pela expressão eleitoral que teve, mostrou bem a confiança que os portugueses lhe votaram. O nosso secretário-geral é merecedor de todo o nosso reconhecimento pela generosidade demonstrada e pela capacidade de, num curto espaço de tempo, ter obtido aquele resultado.

Mesmo sendo cedo para avaliações, do seu ponto de vista, este Executivo tem ou não capacidade para governar nos próximos quatro anos?

Qualquer resposta que desse seria mera futurologia. O Governo de Durão Barroso pode surpreender-nos pela sua durabilidade ou pode vir a confirmar as dificuldades que nós próprios conhecemos quanto a coligações.

Por isso, sobre esta matéria, não gostaria muito de me pronunciar. Não vejo que haja possibilidades de pronunciamento sem ser com grande dose de risco. É preciso mais algum

tempo. É preciso conhecer as medidas.

Mas, espero que o equilíbrio do orçamento e do défice não seja alcançado à custa do investimento.

Não sendo adepta do projecto político do PPD/PSD por considerar que o socialista é muito mais forte em matérias como a coesão social, entre outras, aguardo a oportunidade de assistir à discussão do programa de Governo para nos pronunciarmos sobre aquilo que, de efectivo, pode trazer ou não, de bom ou de mau, relativamente ao que foi feito pelo Partido Socialista.

De qualquer maneira, há questões que me deixam preocupada, nomeadamente as medidas de carácter social. O PS introduziu na política portuguesa uma nota muito forte de protecção aos mais desfavorecidos.

O trabalho social dos socialistas é reconhecido pelos cidadãos. Contrariamente, tenho reservas quanto à prática social deste Governo.

É preciso aguardar pelo que vai acontecer e, a partir daí, cada um na sua área de responsabilidade, deve tomar as posições que se adequem à exigência do cumprimento de uma série de medidas que não podem já recuar, como é o caso do Rendimento Mínimo Garantido.

Qual é a oposição que espera que o PS faça?

Espero que o Partido Socialista saiba aproveitar aquilo que foram as suas dificuldades para preparar propostas. Espero também que o PS se saiba reorganizar no sentido de se assumir como a verdadeira alternativa ao Governo de coligação que tomou posse. Aliás, não nos

resta outra solução. Os portugueses exigem isso de nós e temos que saber dar a resposta adequada porque senão não merecemos ser Governo.

No Parlamento espera uma oposição rigorosa e forte?

Sim, uma oposição forte, que corresponda à votação dos portugueses no PS. Se assim for, seremos certamente capazes e estaremos preparados para assumir, de novo, o Governo do País.

Cometemos erros que nos levaram ao desgaste que terminou na nossa saída. É bom que não se esqueça que foi o Partido Socialista que provocou a sua própria saída.

O Secretariado Nacional avançou com a realização de um congresso e com a renovação estatutária e programática do PS. É este o caminho?

Acho que é de facto importante, mesmo fundamental, que o seja.

Já considerou a hipótese de se envolver ainda mais na vida interna do Partido?

Sim. À medida que os desafios se vão colocando, acho que estamos num constante processo de crescimento interno e de envolvimento. Se assim não for, também diria que não faz sentido a militância partidária.

Quanto à liderança de Ferro Rodrigues. Está disposta a apoiá-lo e em termos?

Conheço Ferro Rodrigues há muito tempo. A sua notabilidade resulta da sua capacidade enquanto governante e não da sua mediaticidade enquanto pessoa, porque nisso até considero que ele é bastante reservado.

Ferro Rodrigues soube ganhar o espaço público pelo trabalho que fazia ao contrário da maioria das pessoas que são muito conhecidas, mas quando passam para a área do trabalho efectivo, não resultam da mesma maneira. Com Ferro não foi o caso. Ele apresentou-se com uma imagem de trabalho e não foi por acaso que foram escolhidas a campanha eleitoral palavras como honestidade, competência, firmeza e seriedade.

Em dois escassos meses, Ferro Rodrigues conseguiu juntar à confiança que trazia da sua prestação como governante à visibilidade de candidato do Partido Socialista à liderança do Governo.

Para além da generosidade de aceitar aquele desafio que não era nada fácil – outros o recusaram –, a verdade é que ele mostrou que estava disponível para aquilo que o Partido lhe exigia naquele instante. O País respondeu-lhe também afirmativamente, embora não o elegeisse.

Apesar do resultado, fiquei satisfeita pelo facto de, na noite de 17 de Março Ferro Rodrigues se ter afirmado de novo e imediatamente como candidato a secretário-geral através de uma eleição. Precisamos realmente de pessoas com as características de Ferro à frente do PS. Por isso, o líder socialista pode contar com o meu apoio no terreno, naquilo que ele entender necessário.

MARY RODRIGUES

PEDRO RIBEIRO

EM DEFESA DOS VALORES SOCIALISTAS

Quando em pleno cavaquismo a maioria dos seus amigos aderiam à moda de fazer campanha pelo PSD, Pedro Ribeiro decidiu marcar a diferença dos seus ideais, dar voz à discordância, inscrevendo-se na Juventude Socialista. Um ano depois, na maioridade, juntou-se à família do PS e desde então não faltou a nenhuma batalha eleitoral. Dez anos volvidos, com a direita de regresso ao poder, o militante desta semana defende que, em democracia, é preciso saber aceitar resultados não favoráveis com humildade, mas sem resignação.

PERFIL

Nome
Pedro Ribeiro

Idade
28 anos

Profissão
Técnico da administração tributária

Hobbies
Desportos radicais, televisão e leitura



A militância é “a forma mais expressiva de defender valores”, implicando disponibilidade para assumir um conjunto de obrigações que também passa pela participação assídua, mesmo quando “não concordamos com tudo o que é feito, e desde que não lese a Pátria”.

É esta trajectória de entrega que Pedro Ribeiro descreveu desde que, ainda na adolescência, aderiu à JS.

O jovem socialista foi eleito, aos 19 anos, para a Assembleia Municipal de Almeirim, integrou o Secretariado da mesa desta mesma Assembleia, bem como o Secretariado Distrital da JS e PS de Santarém.

Foi presidente da Comissão da Juventude e, aos 21 anos, candidatou-se pela primeira vez ao lugar de deputado da Assembleia da República. Actualmente é vereador pelo Partido Socialista no concelho de Almeirim para além de ser responsável pela formação autárquica da JS nacional.

Apesar da pesada carga laboral e partidária, este quadro da Direcção-Geral de Impostos ainda encontra tempo para frequentar o último ano do curso superior de Gestão de Empresas, manifestando preocupação pelo futuro do País. Questionado sobre a durabilidade do Governo recém empossado, o Pedro fala de

“ambiguidade” e de duas hipóteses viáveis. Por um lado, é da opinião de que “o PSD e o PP não se vão entender”, mas não exclui a possibilidade de que a “imensa sede de poder” destes parceiros de coligação os mantenha no Governo “a todo o custo, mesmo à custa do País”.

Neste contexto, é urgente que o PS faça “um oposição muito responsável e com propostas concretas”.

É preciso dizer às pessoas porquê votamos contra na Assembleia da República e o que nós faríamos”, sustenta, acrescentando que as soluções socialistas devem criar condições para que os cidadãos possam optar verdadeiramente.

O vereador não recusa a fórmula do acordo de regime “quando tiver de ser feito”, isto porque, há matérias nas quais os grupos parlamentares podem e devem estar de acordo, em prol do País”.

Portanto, o Partido Socialista tem de ser uma oposição “consciente”, com um candidato a primeiro-ministro “credível” como Ferro Rodrigues, que apesar de não ser uma figura mediática, “representa aquilo que as pessoas querem porque lhes fala directamente e de forma responsável, sem querer apenas agradar”.

Para Pedro Ribeiro, a liderança de Ferro Rodrigues é uma “mais-valia para o PS”, como o prova o “excelente resultado que o Partido obteve mesmo depois de sair desgastado de seis anos de governação”.

O Partido assumiu, com Ferro Rodrigues, uma postura mais à esquerda. “Agora já não é possível dizer que os dois principais partidos políticos portugueses são iguais, pelo que as pessoas podem fazer as suas verdadeiras opções”.

São quatro as áreas em que, segundo o jovem militante, os socialistas deverão fazer uma “oposição fortíssima”: a saúde e a segurança social, contrariando tendências de privatização total, nas políticas do trabalho, batalhando contra os despedimentos individuais sem justa causa, e na educação.

Para este admirador de Mário Soares e apoiante desde a primeira hora de António Guterres, é urgente mudar o sistema eleitoral de Portugal. “Temos de saber em quem votamos”, afirma, manifestando-se defensor dos círculos uninominais no quadro do círculo nacional porque “o País deve exigir a responsabilização dos seus eleitos”.

Neste sentido, Pedro Ribeiro defende ainda a participação do Estado na educação cívica dos

cidadãos e, sobretudo, da juventude.

O jovens devem poder exorcizar a ideia segundo a qual os políticos são pessoas cinzentas e distantes”.

Para o autarca, os jovens devem “olhar para a política de forma diferente”, porque não é ela que os exclui, são eles que, tendo como adquiridos as liberdades e garantias próprias da democracia, julgam que nada de fundamental está em perigo.

O distanciamento da juventude do universo partidário deve-se ainda, na opinião do vereador, ao descrédito dos actores políticos, consequência da excessiva mediatização por parte da Comunicação Social.

Na opinião do jovem militante, o tratamento jornalístico do fenómeno político é contraditório. “Os jornalistas querem que os políticos sejam, ao mesmo tempo, pessoas normais e super-homens”, considera, acrescentando que “casos de demasiado mediatismo” que põe em causa o bom nome das pessoas e a credibilidade de uma classe”. “Categoricamente contra o sistema de quotas” para as mulheres, Pedro Ribeiro é apologeta de um recrutamento de “qualidade e competência” para servir Portugal.

MARY RODRIGUES

GOVERNO DO PAÍS

GUTERRES GRATO E TRANQUILO

Seis anos e meio de governo deixaram em António Guterres um sentimento de "profunda gratidão" para com todos os seus colaboradores e, "sobretudo para com os portugueses, por aquilo que fizeram por Portugal".

Guterres, questionado sobre o que sente após deixar o cargo de primeiro-ministro, respondeu aos jornalistas experiência uma "grande satisfação e orgulho" por ter chefiado o Governo e servido o País e os cidadãos.

Relativamente às contas públicas, para as quais o novo Executivo laranja traçou um quadro negro, António Guterres não quis fazer "qualquer comentário de natureza político-partidária", afirmando que o seu desejo "é que todos possam trabalhar o melhor possível pelo futuro do nosso país".

O ex-governante não quis "entrar em polémicas", pois neste momento elas "não teriam qualquer sentido", mas não hesitou em afirmar a sua gratidão e tranquilidade. M.R.

GUTERRES-SAMPAIO

UMA RELAÇÃO DE SOLIDARIEDADE

"Solidariedade" foi a palavra escolhida pelo primeiro-ministro cessante, António Guterres, para definir o seu relacionamento institucional nos últimos seis anos com o Presidente da República, Jorge Sampaio.

Para Guterres, que foi na semana passada a Belém para um almoço de despedida com Jorge Sampaio, o termo "coabitação" é mais apropriado para caracterizar o relacionamento entre "um primeiro-ministro e um Presidente da República que são de famílias políticas diferentes".

Segundo Guterres, entre ambos existe "um relacionamento de solidariedade muito antigo" que esvazia de "qualquer sentido" a palavra "coabitação".

Guterres adiantou que o almoço serviu para "falar da vida" e, também por isso, à última refeição com o Chefe de Estado seguir-se-ão outras já apenas "com o Jorge Sampaio".

Por outro lado, António Guterres preferiu deixar "aos portugueses" a tarefa de avaliar as eventuais promessas do seu Governo que ficaram por cumprir.

"Essa análise não deve ser feita por mim, mas pelos portugueses", justificou.

António Guterres também teve um almoço de despedida com o presidente da Assembleia da República, Almeida Santos, um encontro entre velhos amigos e em que foi sublinhada a excelente relação mantida entre os dois órgãos de soberania, Governo e Parlamento

ALENQUER E AZAMBUJA

ESCLARECIMENTOS SOBRE AEROPORTO DA OTA

O novo Governo terá de justificar-se perante os municípios socialistas de Alenquer e da Azambuja sobre o destino dos estudos em curso e do propósito definido pelo Executivo cessante de construir um aeroporto internacional na Ota, no centro do primeiro destes concelhos.

Em causa estão as estratégias de desenvolvimento que pretendem delinear para os seus territórios e as opções a tomar nas revisões dos respectivos Planos Directores Municipais (PDM) que iniciaram no ano 2000, após a decisão governamental de construir o aeroporto na Ota até 2010.

O presidente da Câmara de Alenquer, Álvaro Pedro, já disse que, ao contrário do que chegou a ser noticiado, não pensa suspender a revisão do PDM.

Todavia, o autarca pretende esclarecer quais são as intenções do Governo de direita - uma vez que o primeiro-ministro disse, durante a campanha eleitoral, que o novo aeroporto na Ota não será uma prioridade.

Para o município de Alenquer, a actual situação parece o reeditar dos problemas que teve há dez anos, quando começou a elaborar o seu primeiro PDM.

Como já na altura se falava na possibilidade de construção do futuro aeroporto na área da antiga Base Aérea da Ota, a autarquia quis saber junto do Governo se deveria fazer um PDM que prevísse o aeroporto, um PDM que ignorasse essa possibilidade ou, então, dois planos alternativos. Como não obteve informação nem apoio financeiro para duplicar este trabalho de planeamento, fez um PDM sem aeroporto.

Foram, ao mesmo tempo publicados dois decretos-lei que introduziram um conjunto de medidas preventivas restringindo a construção numa extensa área de reserva envolvente da Ota, que abrange também terrenos do vizinho município de Azambuja.

Se se vier a confirmar a suspensão do projecto, Álvaro Pedro pretende solicitar o levantamento ou a redução das restrições.

Por seu lado, o edil da Azambuja, Joaquim Ramos, vai propor que o assunto seja visto na próxima Assembleia Municipal.

Assim, a bancada socialista irá apresentar uma moção na qual pedirá a clarificação da situação. M.R.

ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

GOVERNO DE GESTÃO NÃO FEZ NOMEAÇÕES

Em toda a administração pública foram rigorosamente cumpridas as orientações do primeiro-ministro no sentido de não serem feitas nomeações durante o período de transição de Governo.

Foi esta a marca claramente diferente, que os socialistas quiseram deixar para se distinguir dos seus sucessores na gestão da coisa pública.

Em Dezembro do ano passado foram definidos quatro princípios orientadores. O primeiro, proíbe a nomeação de novos titulares de cargos, com excepção dos que houve necessidade de substituir e, mesmo estes, só por seis meses. O segundo princípio impõe a não nomeação de ninguém para as sociedades anónimas. Não nomear as chefias dos conselhos de administração e renovar comissões apenas a pessoas em serviço há três, cinco ou sete anos, são os terceiro e quarto princípios estabelecidos por Guterres após as eleições autárquicas de 16 de Dezembro. Seguindo as normas, o gabinete do ex-primeiro-ministro entregou, no dia 5, em São Bento, a lista completa de lugares de nomeação que o Governo do PS deixa em aberto para o Executivo de Durão Barroso preencher.

Ao todo, são mais de 1500 os lugares deixados em aberto pelos socialistas. Mais uma prova de desapego ao poder e de recusa categórica da política do "tacho". M.R.

CÂMARA DE LISBOA

VEREADORES SOCIALISTAS RECUSAM PELOUROS

Razões políticas estiveram na base da recusa dos vereadores ao convite de Santana Lopes, para assumir pelouros na autarquia.

Segundo Vasco Franco, "o dr. Santana Lopes teve um conversa formal, antes da Páscoa, na qual nos perguntou se o PS estaria disponível para aceitar alguns pelouros".

A recusa da proposta do presidente da câmara pelos vereadores do PS foi tomada depois de Vasco Franco falar com "os colegas e a (d direcção do) Partido".

"É uma recusa natural face aos resultados eleitorais, quer em Lisboa quer a nível nacional", considerou, acrescentando que "a importância de Lisboa obriga a que os actos sejam reflectidos e os cidadãos não compreenderiam que o Partido Socialista, que perdeu as eleições, aceitasse pelouros".

"Há assuntos que têm de ir à Assembleia Municipal [onde a coligação PS/PCP tem maioria] e o facto de não aceitarmos pelouros não significa que vamos criar obstáculos", garantiu.

Túnel do Marquês de Pombal: estudo casuístico e deficiente

A polémica da construção do novo túnel no Marquês de Pombal estalou esta semana com os vereadores do PS a denunciarem "deficiências gravíssimas" no estudo preliminar do túnel que deverá ligar as Amoreiras à Avenida Fontes Pereira de Melo.

As "insuficiências e contradições" do documento estiveram na base de um pedido formulado ao presidente da autarquia, Santana Lopes, para que se retire a proposta se tencionava apresentar em reunião de câmara e se proceda à sua reformulação.

"Razões de segurança impedem em absoluto a construção do túnel", dizem os socialistas, que consideram haver "casuismo e ausência de



estratégia" na proposta.

É a nível técnico que os vereadores do PS mais criticam o estudo preliminar que deverá servir de suporte ao concurso público de concepção/construção a lançar pela autarquia.

"As questões de segurança são manifestamente insuficientes nos documentos do concurso" defendem, destacando "a inclinação, superior a 9,7 por cento na subida/descida da Avenida Joaquim António de Aguiar".

O vereador Vasco Franco acrescenta que "é preciso aprender com os erros, para evitar que se repitam".

"A situação seria particularmente grave em caso de incêndio, pelo efeito chaminé que uma inclinação próxima dos dez por cento provocaria, alimentando a combustão", consideram os vereadores do PS.

A ausência de estudos de tráfego e de estudos de impacto ambiental foi também criticada pelos socialistas, que querem que a proposta seja reformulada, "devido uma posterior apresentação à câmara ser precedida de parecer do Regimento de Sapadores Bombeiros".

M.R.

CASO DELGADO

OBVIAMENTE, SALAZAR FOI CÚMPLICE ACTIVO NO CRIME

Obviamente, o ditador de Santa Comba está implicado no assassinio do General Sem Medo, num dos mais hediondos crimes do Estado Novo. Esta é a convicção de Mário Soares expressa no lançamento em Portugal do livro “El caso Delgado – sumario del proceso penal espanhol”. O eurodeputado socialista reiterou a sua profunda convicção de que o assassinio perpetrado pela PIDE do general Humberto Delgado, em 1965, teve “a cumplicidade activa” do chefe do Governo, Oliveira Salazar, e se inscreveu numa teia conspiratória internacional.



O claro envolvimento da brigada da polícia política na morte de Humberto Delgado é um dos elementos fundamentais do sumário do processo penal espanhol.

Juan Carlos Jiménez Redondo, autor da obra editada pela Junta da Extremadura, que foi lançada na Fundação Mário Soares, destaca duas conclusões do processo espanhol: o envolvimento da brigada da PIDE e o objectivo de matar Humberto Delgado desde o início da preparação da acção, concretizada em 1965. “Nas respostas às cartas rogatórias enviadas pelas autoridades espanholas, e que demoraram meses a chegar, a PIDE referia apenas que a documentação usada para entrarem em Espanha e as matrículas dos automóveis eram falsas”, disse Juan Redondo, ao sustentar que a atitude da polícia política “não demonstrava interesse na descoberta do caso”.

Apesar das provas concretas relativamente ao envolvimento da PIDE no homicídio, Juan Redondo salienta também que a investigação espanhola “não conseguiu apurar” a identidade verdadeira de dois homens que, na noite anterior à morte de Humberto Delgado e da sua secretária, a brasileira Arajaryr Campos,

jantaram com o general no hotel de Badajoz onde se encontrava hospedado.

Humberto Delgado e Arajaryr Campos foram assassinados por uma brigada de esbirros da PIDE a 13 de Fevereiro de 1965 na localidade fronteiriça espanhola de Villanueva del Fresno, mas os seus corpos só viriam a ser descobertos pela polícia espanhola dois meses mais tarde. Delgado, recorde-se, candidatou-se a Presidente da República em 1958 com o apoio da oposição à ditadura de Salazar mas viria a perder as eleições unanimemente consideradas fraudulentas, acabando por ter que se exilar no Brasil.

No exterior, continuou, através de várias acções, a sua luta tenaz pela libertação da pátria e restauração da liberdade.

“Foi possível apurar com alguma segurança que eram pessoas oriundas do Norte de África e que entraram em Espanha com identidades falsas, mas não se conseguiu a identificação verdadeira”, disse Juan Redondo.

Também claras no processo espanhol ficaram as causas da morte do casal: Humberto Delgado foi morto com golpes de arma branca e Arajaryr Campos por estrangulamento, sublinhou o coordenador da edição.

O sumário do processo Humberto Delgado enquadra o assassinio do general com todo o seu percurso político e apresenta um conjunto de documentos processuais extraídos da investigação judicial.

Para Iva Delgado, a filha do General Sem Medo, a publicação do sumário “representa um passo fundamental para a historiografia do crime e dos vários processos realizados ao longo do tempo, nomeadamente em Espanha, em Itália - aberto em 1967 - e em Portugal, cuja investigação teve início após a revolução de 25 de Abril de 1974”.

“Podemos com garantia dizer que se passou da fase judicial para a fase histórica. Na fase judicial, este processo foi, no entanto, extraordinariamente importante porque pela primeira vez se apontou quem eram os criminosos - brigada da PIDE chefiada por Rosa Casaco - bem como os veículos (Renault e Opel) em que se transportavam”, disse.

Para a filha do general Delgado, a fase histórica do processo será, contudo, “a mais importante para desembrulhar a meada de certos suspeitos cujas pistas não foram seguidas”.

“Ainda há arquivos que não foram analisados e poderão eventualmente estabelecer ligações

entre a trama concebida pela PIDE em Portugal e as restantes polícias secretas europeias e outras”, adiantou.

Iva Delgado destacou a actuação de Crespo Marques, o juiz espanhol encarregado do processo, que pela sua “teimosia, e actuando dentro daquilo que lhe era possível, foi até onde lhe permitiram - a identificação dos pides e dos carros, o que levou à emissão de oito mandados de captura de suspeitos”.

“Ele (juiz Crespo Marques) tinha a certeza de que o meu pai tinha estado em Badajoz porque se lembrou de um encontro com um chefe do departamento de turismo de Badajoz que lhe disse que tinha visto o general na rua”, explicou.

Iva Delgado salientou ainda o trabalho de Juan Carlos Jiménez Redondo, o estudo das motivações do crime e a abertura de pistas para se obter esclarecimentos sobre a teia internacional que rodeou o caso Delgado.

“Humberto Delgado não era apenas um inimigo do regime de Salazar, mas também do regime de Franco porque desconfiavam de um eventual apoio da Argélia aos movimentos oposicionistas de Portugal e Espanha para derrubar as duas ditaduras”, disse.

CIÊNCIA

EUROPA ARRANCA COM GALILEU

A Europa declarou a sua independência na exploração espacial face aos Estados Unidos. Os ministros dos Transportes da União Europeia (UE) deram, em Bruxelas, luz verde ao lançamento do sistema de radionavegação por satélite – Galileu – concebido para ser mais avançado e fiável que o GPS americano.

O Galileu irá permitir a colocação de 30 satélites em órbita e garantir a independência da Europa em matéria de radionavegação por satélite, bem como criar 140 mil novos empregos altamente qualificados.

Segundo afirmou Loyola de Palacio, comissária europeia responsável pelos transportes e comunicações, "este projecto permite à Europa manter a sua autonomia, a sua soberania, a sua capacidade tecnológica e o domínio do seu conhecimento".

Na reunião de Bruxelas, os ministros dos Quinze chegaram a acordo sobre a constituição da Empresa Comum Galileu, em colaboração com a Agência Espacial Europeia (ESA), que incluirá o sector privado apenas na segunda fase do projecto - a fase de fabricação e lançamento dos satélites prevista para o período 2006-2007.

A decisão tomada no Conselho corresponde, deste modo, a algumas preocupações introduzidas por Portugal que sempre receou que o envolvimento do sector privado suscitasse conflitos de interesses quando se tratar de decidir sobre concursos públicos.

Segundo o secretário de Estado adjunto dos Transportes do Governo cessante, Rui Cunha, foram introduzidas "algumas decisões que Portugal sempre defendeu, designadamente que a iniciativa privada não entrasse na primeira fase da constituição da empresa sob pena de interesses privados subverterem os concursos". O sector privado passará a ser admissível apenas na segunda fase de lançamento do projecto "depois dos concursos já estarem esgotados e não poder haver qualquer influência de interesses privados", acrescentou.

Os ministros dos Quinze chegaram ainda a acordo sobre a libertação de uma verba de 450 milhões de euros necessários ao financiamento da fase de desenvolvimento.

Asseguradas ficaram também duas outras preocupações portuguesas, isto é, a exclusão do recurso aos orçamentos nacionais e a disciplina financeira do projecto.

Nesse sentido, a Comissão Europeia comprometeu-se a informar o Conselho no final de 2003 sobre os resultados do processo de adjudicação iniciado pela Empresa Comum, cabendo aos Quinze tomar as decisões necessárias para assegurar a boa gestão financeira do Galileu.

140 mil novos empregos

O Galileu será composto por 30 satélites que



vão cobrir toda a superfície terrestre e deverá custar, até ao seu lançamento, em 2008, 3,4 mil milhões de euros (681 milhões de contos). É considerado pelo executivo comunitário como fundamental para impulsionar a indústria e os serviços europeus e garantir a independência da Europa face aos EUA.

O projecto, que entra em concorrência directa com o GPS norte-americano e o GLONASS russo, representa uma revolução tecnológica equivalente à conseguida com a introdução dos telemóveis e promete desenvolver uma nova geração de serviços universais nos domínios dos transportes, serviços, agricultura e pesca.

O Galileu será gerido e controlado por civis - ao contrário do GPS e do GLONASS com gestão militar - e, sendo gratuito, oferecerá uma garantia de qualidade e de continuidade indispensável a certas aplicações mais sensíveis. Segundo a Comissão Europeia irá criar cerca de 140 mil postos de trabalho.

O QUE É O SISTEMA GALILEU?

O programa europeu de radionavegação por satélite, Galileu, assenta numa constelação de 30 satélites a ser colocados a cerca de 24 mil quilómetros de altitude, que cobrirão toda a superfície terrestre. Será complementada por estações terrestres encarregues da monitorização da rede de satélites. Cada satélite está equipado com um relógio atómico que permitirá uma medição extremamente precisa do tempo. Os satélites transmitem sinais que, em terra, permitem a quem tenha um receptor saber a sua localização exacta - com uma exactidão de um metro.

Será especialmente útil para os navios, aviões, carros e camiões. Poderá também fornecer coordenadas para o planeamento urbano ou a construção de pontes e estradas. A sua utilização abrange uma vasta gama de actividades, que vão desde todos os tipos de transporte (localização e medição da velocidade dos veículos) até à medicina (tratamento de pacientes à distância), justiça (controlo de detidos), serviços aduaneiros (inquéritos no terreno), agricultura (ajustamento das doses de adubos ou pesticidas em função do terreno), até à área da defesa.

No futuro, pode vir a ter outras aplicações em serviços personalizados a criar nos telemóveis ou nos computadores portáteis.

QUANDO É QUE ESTARÁ OPERACIONAL?

A partir de 2008. O desenvolvimento do Galileu será feito em três fases. A primeira, até 2005, diz respeito ao desenvolvimento dos satélites e dos componentes terrestres. De 2006 a 2007, serão construídos e lançados os satélites para que, no ano seguinte, o sistema entre em funcionamento.

QUANTO IRÁ CUSTAR?

O programa custará 3,2 mil milhões de euros. A fase de desenvolvimento (2002-2005) será custeada pela Agência Espacial Europeia. Na segunda fase estará envolvido o sector privado.



O eurodeputado socialista Luís Marinho viu o Parlamento Europeu aprovar, por larga maioria, o seu relatório sobre o novo regulamento referente à determinação do Estado-membro responsável pela análise de um pedido de asilo apresentado na UE. O conjunto de novas regras para esta área, às quais o eurodeputado português conseguiu que

o PE desse parecer favorável, asseguram a criação de uma malha jurídica que irá servir com maior humanidade os direitos dos candidatos ao asilo, reforçar as obrigações dos Estados-membros e impedir que, por falta de lei, recrudesça o racismo e a xenofobia no Velho Continente.

Ao intervir no debate do relatório, Luís Marinho

DIREITO DE ASILO

APROVADO RELATÓRIO DE LUÍS MARINHO

sublinhou que a aprovação deste pacote de medidas - da iniciativa do comissário António Vitorino - "dá força à Comissão Europeia na luta que ainda terá de travar com alguns Estados-membros para fazer passar as suas propostas no seio do Conselho de Ministros, e concretiza um importante passo para resolver a questão do asilo".

Segundo o eurodeputado, "temos vivido sem lei e num mar de boas intenções neste domínio; normas vão havendo, ratifica-as quem quer, valem aqui e não acolá, e é nesta zona pantanosa onde o pouco Direito se mistura com Direito nenhum que se criam os expedientes, os truques, as habilidades e a fuga às autoridades. E assim nascem os clandestinos, as redes, as mafias, o crime, só possível porque os Estados, pessoas de bem, nunca se entenderam sobre regras mínimas para objectivamente responsabilizar um deles, pela análise de um pedido de asilo".

Para Luís Marinho, a proposta através da qual a Comissão pretende contrariar este estado de coisas é "corajosa", desde logo porque assenta no princípio de que um Estado-membro é responsável pela entrada irregular ou permanência no seu território de um candidato

ao direito de asilo; obriga-se assim cada país a aperfeiçoar os seus mecanismos de luta contra a emigração clandestina.

O eurodeputado socialista propõe, no entanto, que a responsabilidade de um Estado ceda perante critérios adicionais, que tenham a ver com valores de união do agregado familiar; por exemplo, os menores que acompanham o pedido de asilo do adulto e os não acompanhados deverão ser encaminhados para o Estado onde haja um qualquer parente que os queira ou possa tomar a carga. Ou seja, poderão ser afastados os critérios de entrada ou permanência ilegal quando seja de garantir a unicidade familiar.

"Está em cima da mesa o mais largo conceito de família possível", afirmou ainda Luís Marinho. Tal conceito abrange, de acordo com as propostas do eurodeputado, o casamento e a união de facto (com a eliminação da discriminação em função do sexo), a protecção do parentesco aos ascendentes e filhos menores (quando se prove a coabitação e dependência destes) e, finalmente, a possibilidade de o requerente de asilo se poder aproximar de outro qualquer parente, desde que o Estado requerido o aceite.



COMISSÃO EUROPEIA

PAULO CASACA QUER COMBATE ÀS FALSIFICAÇÕES DE ALIMENTOS

O eurodeputado socialista Paulo Casaca exigiu da Comissão Europeia que estabeleça rapidamente "um plano de iniciativa que permita pôr cobro às falsificações alimentares que são praticadas na União Europeia com o objectivo da obtenção de subvenções à exportação ou ao escoamento de produtos".

Ao intervir no Parlamento Europeu no debate sobre a aprovação das contas europeias relativas a 2000 (Processo de Quitação do Orçamento), o eurodeputado insistiu na necessidade de uma resposta pronta do executivo comunitário às fraudes no domínio da adulteração de alimentos, "hoje em dia um dos principais problemas no âmbito do controlo orçamental da Política Agrícola Comum".

Recorrendo a uma comparação, Paulo Casaca disse não poder aceitar que, por exemplo, "os agricultores dos Açores vivam na permanente angústia do pagamento de multas por excesso de produção de leite, enquanto que organizações europeias criminosas falsificam toneladas de manteiga, com a cumplicidade de grandes grupos de lacticínios europeus".

Segundo o eurodeputado português, vice-presidente da Comissão de Controlo Orçamental do PE, "o caso é o mesmo ao nível das subvenções que as indústrias europeias de lacticínios recebem para o leite em pó, que é afinal soro de queijo seco".

"Sobre estas situações, a Comissão Europeia tem muito pouco ou nada a dizer", sublinhou Paulo Casaca; "e, se olharmos para outros sectores como o azeite, o vinho ou mesmo a carne, o panorama não é muito diferente", acrescentou.

É por isso necessário, na opinião do eurodeputado, um plano de iniciativa que ponha termo às fraudes cometidas sobre o Orçamento da União. Bem como, aliás, a extinção faseada dos apoios às exportações agrícolas, outra das medidas reclamadas por Paulo Casaca, no PE.



ELISA DAMIÃO DEFENDE

REDUÇÃO DOS NÍVEIS MÁXIMOS DE EXPOSIÇÃO AO AMIANTO

A redução dos níveis máximos admitidos de exposição ao amianto para certas actividades profissionais é defendida num relatório da eurodeputada socialista Elisa Damião, que deverá ser hoje aprovado no Parlamento Europeu (PE).

No documento, a eurodeputada propõe que, sempre que estejam em causa tarefas de demolição de edifícios, de reparação de estruturas e manutenção de navios, o valor-limite para a exposição a partículas de amianto em suspensão no ar - por um período médio de oito horas de trabalho - seja de 0,05 por cm³, e não 0,1, tal como sugere a Comissão Europeia na sua proposta de nova directiva para esta área.

Responsável pela posição do PE em relação a este novo acto comunitário, Elisa Damião afirma no seu relatório que "as actividades de demolição, remoção e manutenção admitem picos de concentração de partículas de amianto muito acima do valor de protecção pretendido", pelo que, sublinha, "um valor limite de 0,05 aumentará significativamente a protecção dos trabalhadores".

No relatório, a eurodeputada defende, por outro lado, a obrigatoriedade de a entidade patronal notificar qualquer trabalhador que tenha sido exposto ao amianto, bem como a responsabilização das empresas subcontratadas ou dos trabalhadores independentes que sejam donos de obra no caso de infracção às disposições da nova directiva, ou a sua maior protecção, quando não o sejam.

Segundo sublinhou Elisa Damião, o objectivo desta medida é "gerir e prever riscos potenciais, permitindo adequar os meios técnicos e de segurança à realização do trabalho com o mínimo de encargos e com o máximo de previsibilidade".

VISTO DE BRUXELAS

A NOVA E A VELHA ESQUERDA



MANUEL DOS SANTOS

Renovação e viragem à esquerda são expressões que tomaram de assalto o léxico político dos socialistas portugueses, na sequência da derrota das últimas eleições legislativas.

A renovação das instituições e a reforma dos seus modelos organizativos são sempre tarefas inacabadas e indispensáveis.

Jamais podem decorrer de um processo meramente voluntarista ou estarem ao serviço de grupos ou tendências que ocasionalmente ascendem ao poder.

Sendo difícil que as grandes instituições se autotransformem, não é impossível que se modifiquem quando tal se torne absolutamente indispensável ou é tomado como condição essencial de sobrevivência ou, simplesmente, de manutenção de influência.

É de certo modo o que se verifica actualmente no Partido Socialista.

Só que a eficácia da "operação renovação" exige alguma clarificação prévia.

Desde logo, clarificar o que deve ser renovado:

As pessoas? Os métodos? Os princípios? Os objectivos? Ou tudo?

Se são as pessoas, como resulta duma leitura mais elementar das propostas que têm sido feitas, onde estão elas?

Não se pense que é através da introdução "à força" de meia dúzia de intelectuais "ditos independentes" que, na maioria dos casos são antigos "compagnons de route" do Partido, que se refresca (renova) o pessoal dirigente.

A renovação é tributária de uma cultura permanente de mudança, de diálogo, de debate e, necessariamente, de síntese que seja capaz de lhe dar sentido e utilidade.

Bastaria, de resto, atentar para a composição da nova direcção do Grupo Parlamentar para se perceber quão difícil se torna, nas circunstâncias actuais, renovar ao nível das pessoas e dos dirigentes.

Mas se a renovação não é (não pode ser), pelo menos de imediato de pessoas, deverá ser de métodos e comportamentos?

Sobre isto a resposta só pode ser positiva.

O PS tem de mudar os métodos e os tiques que marcaram a sua intervenção nos últimos anos.

Ora, isso implica aceitar o debate sobre todas as questões e respeitar a representação de todas as alternativas de forma livre e, sobretudo, sem que, em circunstância alguma, as cartas com que se joga, surjam à partida, suspeitas de estar viciadas.

O conteúdo, mas sobretudo a forma e o método, das necessárias alterações aos Estatutos e à Declaração de Princípios são absolutamente essenciais para analisar a profundidade da proclamada renovação.

Andou bem o secretário-geral, quando decidiu na última Comissão Política propor a realização do próximo Congresso numa data suficientemente distante para permitir um debate sereno, continuado, transparente e efectivo.

Só que 6 meses (ou cinco, ou quatro) passam rapidamente (demasiado rapidamente, talvez) e, entretanto, é preciso estimular o tal debate e a tal mudança, de preferência de baixo para cima,

Andou bem o secretário-geral, quando decidiu na última Comissão Política propor a realização do próximo Congresso numa data suficientemente distante para permitir um debate sereno, continuado, transparente e efectivo.

abstendo-se, se possível, os militantes temporariamente investidos de poder, de formularem o quadro enformador dessa mudança.

Esta questão prende-se também com a renovação, dos princípios e dos objectivos e, através dela, com a invocada "necessidade" de viragem à esquerda do Partido.

Ninguém questiona a necessidade de actualizar a Declaração de Princípios do PS que, sendo um documento histórico de inquestionável importância, é um documento situado e enquadrado no seu tempo e nos paradigmas políticos então dominantes.

Só que não parece que seja através da alteração da Declaração de Princípios que se poderá provocar qualquer viragem à esquerda.

Muito pelo contrário, convenhamos, sobretudo se acharmos que ser de esquerda é manter a "tralha" (palavra em voga no PS) esquerdizante associada a um marxismo, mais ou menos mitigado ou reactualizado à luz de um pensamento humanista e social.

A viragem à esquerda deve então ser, apenas, a medida de um novo compromisso de políticas face a comportamentos recentes no domínio da governação?

Exigir viragem à esquerda no Partido (não tenhamos medo das palavras) é considerar neste quadro que a acção dos últimos governos se traduziu, predominantemente, num comportamento de direita, uma vez que, para os defensores dessa tese, o centro político não existe.

Não é efectivamente essa a minha visão do problema. Não foi, por falta de esquerda que o governo anterior foi substituído.

O PS perdeu as eleições legislativas porque deixou passar para o eleitorado uma imagem de fragilidade governativa, falta de coordenação, ausência de autoridade legítima, incapacidade de lançar as adequadas e necessárias reformas, excessiva dessacralização de poder e, sobretudo, a ideia de que, já não seria, no futuro, um factor de estabilidade política.

O que está em causa não é portanto qualquer viragem à esquerda, como, de igual modo, se não justifica qualquer viragem para o centro.

Prosseguir, naturalmente com maior eficácia e sem turbulência, a linha política do anterior governo parece ser suficiente.

É portanto meramente retórica a reclamação de viragem à esquerda do PS.

A não ser que ao PS se queira atribuir (em maior dimensão) o papel que, na estrutura política portuguesa, está actualmente atribuído ao Bloco de Esquerda.

Um Partido Socialista moderno tem de ser aberto e não dogmático e portador de um conjunto de propostas e princípios para a resolução dos problemas essenciais da sociedade tendo como preocupação constante que todos eles sejam um ponto de partida e nunca de chegada.

Sem nunca esquecer o papel da Utopia como forma de, apaixonadamente, levar cada Homem à construção do seu Futuro, propondo-lhe a batalha permanente em volta de dois valores - duas paixões - fundamentais: que cada Homem seja igual em oportunidades, *cada um tendo a oportunidade e a obrigação de ser diferente*, escolhendo, desta forma, a Inovação como o motor essencial do desenvolvimento social.

Como recentemente notava um novel militante (candidato à renovação?) é importante que, no debate que se aproxima, o líder do PS "não caia na tentação de ressuscitar a velha esquerda, mas consiga construir a nova.

Só desta forma conduzirá o PS do cruel destino de ter sempre bons resultados eleitorais, para a necessidade incontornável de ascender, a curto prazo, ao poder, como é indispensável para o País, para a sociedade e, sobretudo, para a esquerda.

OS ÁLIBIS DO GOVERNO



EDITE ESTRELA

Já muito se falou do novo governo. Das primeiras e terceiras escolhas. Das desistências, porque faltou a maioria absoluta (pelos vistos, nem todos se sujeitam aos resultados do veredicto popular), por causa do parceiro de coligação ou, ainda, porque o trabalho no sector privado é mais estimulante e compensador que no público. Das dificuldades do Dr. Durão Barroso para arranjar um conjunto de pessoas que salvasse a honra do convento. Do tamanho do Executivo, que se anunciou como o mais reduzido dos últimos 20 anos e que, afinal, se apresentou ligeiramente encolhido. Da reduzida representação feminina. Dos secretários de Estado, praticamente todos eles saídos da estrutura partidária e sem *curriculum* técnico.

Sobre a composição e dimensão do Governo estamos, para já, conversados. É da exclusiva responsabilidade do primeiro-ministro e ele foi peremptório ao afirmar que é a equipa «possível» e que ele «quis». E, contrariamente, ao que foi dito por alguns analistas políticos, não há aqui qualquer contradição. O Governo não foi o desejado, mas que ele «quis».

fui o «possível». Ora, das várias opções possíveis (disponíveis), ele escolheu a que «quis». Óbvio. Uma coisa são as promessas eleitorais e outra, bem diferente, o seu cumprimento. E quem se escandaliza com isto é porque está desactualizado e não percebe nada de *marketing* político.

Durante a campanha, a grande proposta programática do PSD (não terá sido a única!?) foi o «choque fiscal».

Durante a campanha, a grande proposta programática do PSD (não terá sido a única!?) foi o «choque fiscal».

«choque fiscal». Toda a gente falou do assunto, escreveu sobre o tema, criticou, apoiou, discordou. Depois das eleições, a grande promessa, a única promessa, já não é para cumprir. Pelo menos para já. Porque? Não sei, mas presumo que seja porque uma coisa é ser-se candidato e outra, bem diferente, é ser-se primeiro-ministro.

Alguém se indignou com o descarado desrespeito pelos eleitores? Muito poucos. Os restantes devem ter achado natural não cumprir o prometido.

É, aliás, espantosa a rapidez com que se baixaram as elevadas expectativas de há meia dúzia de dias. Agora, alguns dos comentadores mais intrasigentes em relação aos socialistas, já se contentam com este governo porque «ainda podia ter sido pior» ... donde, não é tão mau como poderia ser. Daí a concluir que até é bem bom não falta tudo. Pelos vistos, não foi só o Governo que mudou.

O PSD é muito bom na propaganda. Muito eficaz. Foi o que aconteceu com a crise. Tanto falarem dela que as pessoas acreditaram. Depois de consolidada a ideia da crise, trataram de fazer passar que a crise é resultado da má gestão do governo socialista. E estão a conseguir. É o que se chama o alibi perfeito.

O país está no caos, na bancarrota, é o alibi para medidas impopulares e para caucionar as falhas e insuficiências sem que o Governo seja responsabilizado por isso. A culpa já tem dono, os responsáveis do costume, os socialistas.

Como a realidade é bem melhor do que a pintam, vai ser possível, daqui a algum tempo (o suficiente para fazer crer que foi obra sua) vão tomar algumas medidas simpáticas. Adivinhe de quem será o mérito? Do Dr. Durão Barroso e dos seus «boys» que, não obstante o estado caótico em que o PS deixou o País, tiveram a capacidade e o talento para inverter a situação. Genial.

Não é difícil enganar toda a gente pouco tempo. Veremos se será possível enganar muita gente durante muito tempo.

O que aqui propomos é despertar um debate contributivo permanente, entre todos os militantes, independentemente da sua localização geográfica, sobre todos os assuntos em discussão no interior do partido, da sua estrutura e modo de funcionamento até às questões especializadas da actualidade nacional e internacional.

Diz-se por vezes que é na oposição que os partidos políticos verdadeiramente funcionam. É até certo ponto natural. Uma vez conseguido o principal objectivo dos partidos, o poder político, as actuações dos seus membros têm, no governo, um sentido diferente do que mostravam na oposição.

As funções governativas obrigam à assunção de uma posição de Estado. Na oposição, pelo contrário, existe uma outra liberdade de actuação. Os partidos funcionam mais submetidos à sua própria estrutura, mais soltos para defenderem posições por vezes difíceis de sustentar quando estão no poder.

Na oposição, a preparar de novo o regresso ao poder, há tempo para melhorar alguns aspectos de funcionamento da actividade partidária. A ligação entre os vários órgãos do partido e os militantes entre si é um deles.

Há dentro e fora do país um grande número de técnicos, quadros, ex-governantes e especialistas das mais diversas áreas que só não dão mais colaboração porque esta não lhes é pedida ou porque nem sempre é fácil o contacto e a integração numa estrutura muitas vezes geograficamente distante. Ora a verdade é que este conceito de distância tem actualmente um outro significado. Com o apoio das novas tecnologias, é hoje em dia mais fácil aumentar e fomentar, em muitas áreas da actividade partidária, a colaboração de militantes disseminados por todo o país e até pelo estrangeiro.

Quotidianamente, o trabalho partidário centra-se essencialmente nas estruturas de organização local e sectorial e nos gabinetes de estudos. Na prática, estes últimos funcionam verdadeiramente quando o partido se encontra na oposição, uma vez que ficam por norma esvaziados logo que o partido forma governo. E se na oposição ou seja, agora, o partido pode contar com todos os seus valores para o trabalho partidário, tem que estar preparado para governar quando a isso for chamado.

O que aqui propomos é despertar um debate contributivo permanente, entre todos os militantes, independentemente da sua localização geográfica, sobre todos os assuntos em discussão no interior do partido, da sua estrutura e modo de funcionamento até às questões especializadas da actualidade nacional e internacional.

No contexto nacional, considerando-se que pouca gente acreditaria numa vitória (a "certeza" dela e até com maioria absoluta não passava de grito para entusiasmar audiências), o resultado foi muito bom. E, como disseram analistas e responsáveis partidários, foi uma vitória da figura do secretário-geral e da credibilidade que foi capaz de transmitir.

Sempre que acontecem eleições, locais ou nacionais, as diversas estruturas cívicas intervenientes, de forma mais intimista ou divulgada, procuram discutir e encontrar razões por que os resultados foram estes e não outros diferentes.

E faço já uma ligeira alusão ao que se verificou em Caldas de S. Jorge, para enfatizar, com regozijo, que, por aqui, o PS voltou a ganhar. O que comprova que, mau-grado um ou outro desvio local, a população vota maioritariamente socialista.

No que ao concelho respeita, tendo de se considerar que o resultado foi mau para o PS, porque perdeu, quando em 99 ganhou, mesmo tratando-se de coisas distintas, poderá dizer-se que se melhorou em relação às autárquicas. Sentiu-se alguma recuperação. O PS perdeu 5000 votos em relação a 99, mas reduziu a diferença para o PSD de 12.500 votos nas locais para menos de 2000 agora. Recuperou-se muito eleitorado. O porquê destas oscilações caberá aos sociólogos e às estruturas partidárias analisar e discutir. E tirara ilações e lições para o futuro.

No distrito de Aveiro, ainda que choque alguém que se possa sentir visado, sinto que foi muito, muito mau. O Partido Socialista perdeu 30 por cento da sua representação parlamentar distrital que passou para o PSD. Caiu para o resultado de 87/91 e deixou fugir o eleitorado em demasiados concelhos. Diz-se, e possivelmente com razão, que a campanha foi fraca e tardia e diz-se que a direcção da dita não conseguiu passar élan para os militantes e simpatizantes, muitos já desmotivados pela forma um tanto caseira e comissionada como foi feita a lista de candidatos. E muitos outros, porque cansados pelo resultado das autárquicas. Trabalho considerado inglório. O comício realizado no dia 6 de Março terá sido o único momento de algum entusiasmo. Mas enganou bastante, no que ao distrito concerne. Mas... parece que há quem tenha ficado satisfeito, ao ponto de reiterar disponibilidade para recandidatura. Assunto para mais tarde.

No contexto nacional, considerando-se que pouca gente acreditaria numa vitória (a "certeza" dela e até com maioria absoluta não passava de grito para entusiasmar audiências), o resultado foi muito bom. E, como disseram analistas e responsáveis partidários, foi uma vitória da figura do secretário-geral e da credibilidade que foi capaz de transmitir. Não andou pelas feiras e mercados

OS NOVOS CONTRIBUTOS

HENRIQUE SOBRAL

Para isso estabelecer-se-ia uma rede de comunicações que, através dos órgãos partidários existentes, seja capaz, de uma forma organizada, de recolher, captar, solicitar e motivar o contributo de quem esteja disposto a colaborar.

Haveria que calendarizar os temas e publicar essa programação no interior do partido, através dos seus próprios meios. Seria conveniente estabelecer algumas regras elementares para facilitar a expressão dessa colaboração e o trabalho de recolha e tratamento subsequentes.

A Internet e o correio electrónico constituem um meio fundamental, pela sua rapidez, baixo custo e eficiência. Quando não for viável a sua utilização, há sempre a possibilidade de recorrer ao fax, ao correio ou ao telefone.

Com os contributos recebidos começará então, sejamos optimistas, um trabalho de recolha, selecção e síntese. Há que considerar todas as contribuições e organizar recompilações ou manter os documentos integrais, quando se justificar. Os textos finais deverão ser depois apresentados às estruturas partidárias, técnicas e políticas, correspondentes.

Que pode proporcionar uma iniciativa deste género? Não é de esperar que surjam de repente estudos, contributos e ideias surpreendentes. Na sua rotina normal de funcionamento, o partido deve saber captar todos essas formas de contribuição e quem quer, pode e é capaz dá naturalmente o seu contributo, em todas as circunstâncias. Mas podem surgir surpresas. Por outro lado, os participantes/militantes vão experimentar com certeza um outro alento. Ser-lhes-iam pedidas directamente contribuições específicas, em busca de soluções concretas.

A ideia é aproveitar as capacidades de todos, tirando o máximo partido do que o partido mais possui - capital humano.

(BONS) RESULTADOS APURADOS

JOSÉ PINTO SILVA

a vender qualquer espécie de pescado. A sua serenidade, a assunção corresponsabilizante de erros cometidos no Governo de que fez parte, sem deixar de enfatizar o que foi bem feito, e foi muito e sem deixar de manifestar, sempre, que sentia muita honra por ter pertencido aos governos liderados por António Guterres.

Assim, não achou um tal Vicente Jorge Silva que, depois de ser eleito deputado, e curiosamente só depois disso e mesmo depois de ter dito que, nas autárquicas, votara Santana Lopes, se filiou no PS deixando a mensagem de que se filiaira "para ajudar o Ferro Rodrigues a livrar-se das tralhas guterristas".

Primeiro, passou um atestado de incapacidade ao Ferro, como se ele precisasse de um qualquer pendura de última hora para limpar o que quer que fosse. Se qualquer limpeza for útil ou necessária não será difícil de fazer. Serão sempre trocadas pessoas em diversos lugares e cargos, como sempre acontece quando há alteração de liderança. O Ferro Rodrigues saberá analisar as colagens oportunistas a vassourar. E ficou gente boa sem eleger! Ou será que o senhor Vicente, porque é chamado, às vezes, às TV's, tem a veleidade de se julgar algo melhor do que o pior dos guterristas. Custa-me engolir presunçosos.

Memo os que ficam incomodados quando se fala que António Guterres, pelo seu prestígio nacional e internacional, é claramente apontado para ser recandidato a líder da Internacional Socialista, para ser Alto-Comissário das Nações Unidas para os Refugiados e para ser, desde já, porque não, apontado como futuro candidato a Presidente da República apoiado pelo Partido Socialista. Não é preciso nomear os incomodados, porque eles, na sua falta de carácter, deixam escapar o incómodo.

A SEMANA PREVISTA

SEG.
TER.
QUA.
QUI.
SEX.
SÁB.
DOM.

Tem lugar a reunião semanal do Secretariado Nacional.

Reúne-se o plenário da Assembleia da República.

Na Fundação Mário Soares, realiza-se amanhã, às 18 horas, no âmbito do fórum de reflexão "A guerra, a paz e os direitos humanos", uma conferência proferida pelo nosso camarada Medeiros Ferreira sobre "A globalização do humanismo".

No sábado, dia 13, tem lugar um cordão humano de solidariedade com o povo palestino que ligará a embaixada de Israel à representação da ONU em Lisboa.

"As relações profissionais e a mudança na União Europeia" é o tema da conferência a proferir hoje à tarde pela profª Maria João Rodrigues, promovida pela Associação Portuguesa para o Estudo das Relações de Trabalho.

Na Câmara Municipal de Ferreira do Alentejo estará patente ao público a partir de 14 de Abril a exposição "Seminário de Beja".

Na Faculdade de Direito de Lisboa terá lugar, nos próximos dias 15 e 16 de Abril, um colóquio sobre "A Luta Contra o Terrorismo - A Guerra no Afeganistão - O Direito Internacional Público".

SEG. TER. QUA. QUI. SEX. SÁB. DOM.

ACÇÃO SOCIALISTA INFORMAÇÕES ÚTEIS

Fundação Antero de Quental
Tel. 21 301 35 34
faq@oninet.pt

Fundação José Fontana
Tel. 21 301 38 08 / 21 301 39 09
fjj@mail.telepac.pt

Fundação Mário Soares
Tel. 21 396 41 79 / 21 396 41 56
osita@fmssoares.pt

Associação Portuguesa de Radiodifusão
Tel. 21 301 69 99 / 21 301 54 53
apr@ip.pt

Instituto de Imprensa Democrática
Tel. 21 302 12 59
iidsn@iol.pt

Fundação Gulbenkian
Tel. 21 782 30 00
info@gulbenkian.pt

Fundação Oriente
Tel. 21 358 52 00
fundoriente@foriente.pt



ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

FICHA TÉCNICA

Director **António José Seguro**

Director-adjunto **Silvino Gomes da Silva**
silvino@partido-socialista.pt

Coord. Administrativo e Financeiro **José Manuel Viegas**

Grafismo **Miguel Andrade**

Redacção **J.C. Castelo Branco**
castelobranco@partido-socialista.pt
Mary Rodrigues
maryr@partido-socialista.pt

Secretariado **Sandra Anjos**
sandraanjos@partido-socialista.pt

Paginação electrónica **Francisco Sandoval**
fsandoval@partido-socialista.pt

Edição electrónica **Joaquim Soares**
José Raimundo
Francisco Sandoval

Internet www.ps.pt/accao
E-mail Accao.Socialista@partido-socialista.pt

Redacção, Administração e Expedição **Avenida das Descobertas 17**
Restelo - 1400-091 Lisboa
Telefone 21 3021243 Fax 21 3021240

Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido

Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X

Impressão **Mirandela, Artes Gráficas SA**
Rua Rodrigues Faria 103, 1300-501 Lisboa



- Quero assinar o Acção Socialista na modalidade que indico**
Junto envio o valor da assinatura

- Quero renovar a assinatura**
Junto envio o valor da assinatura

- Cheque
 Vale de correio 12 meses

Por favor remeter este cupão para:

Acção Socialista
Avenida das Descobertas, 17 - Restelo
1400-091 Lisboa

Nome _____
Morada _____
Localidade _____ Código Postal _____

Assinaturas	12 meses
	52 números
Continente	25 €
Regiões Autónomas	32 €
Macau	54 €
Europa	63 €
Resto do Mundo	92 €

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados